



RELATÓRIO & CONTAS 2020

Índice

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	4
2. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	6
3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE.....	7
4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	9
4.1 Situação Económica Mundial.....	9
4.2 Situação Económica Nacional.....	17
4.3 Mercado de Seguros em Cabo Verde	22
5. FACTOS RELEVANTES EM 2020.....	23
6. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIAVEIS	26
7. A ACTIVIDADE DA ÍMPAR EM 2020.....	27
7.1. SÍNTESE DA ATIVIDADE	27
7.2 PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO	28
7.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO	30
7.4 PROVISÕES TÉCNICAS	31
7.5 RESSEGURO CEDIDO	32
7.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO	32
7.7 CUSTOS OPERACIONAIS	33
7.8. INVESTIMENTOS	33
7.9 RECURSOS HUMANOS	34
7.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO	36
7.11 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA	37
7.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO	37
8. PERSPECTIVAS PARA 2021	39
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	39
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	42
III – ANEXO ÀS CONTAS	48
IV – PARECER DO ATUÁRIO	104
V – PARECER DO FISCAL ÚNICO	106
VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	108

I – RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Falar de 2020, em jeito de balanço, é falar inevitavelmente de Covid-19. O vírus começou em dezembro de 2019, na China, e rapidamente atravessou fronteiras, atingindo a escala global. A 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara pandemia mundial. Os países são obrigados a tomar medidas extremas, nomeadamente, a imposição de limitações à liberdade de circulação dos indivíduos e a suspensão da atividade económica, numa escala sem precedentes, levando a um choque simultâneo da oferta e procura, fazendo instalar uma crise económico-financeira e social distinta de qualquer outra anterior.

A Economia Cabo-verdiana foi fortemente penalizada a partir da segunda quinzena de março, com o epicentro nos setores estratégicos para a economia nacional, como o Turismo e os Transportes Aéreos, provocando uma queda histórica de 12% do nosso PIB, situação essa que trouxe enormes desafios a todos os quadrantes da sociedade.

Foi neste contexto de desafios e de incertezas, que a IMPAR desenvolveu a sua atividade, tendo reagido prontamente aos desafios da crise, com a adoção de um conjunto alargado de medidas de adaptação à conjuntura e ainda pela resposta no combate à propagação do Coronavírus no seio da instituição, através da definição de medidas concretas de proteção de Colaboradores, Clientes e de todos os que connosco interagem. O Plano de Contingência se mostrou adequado e eficaz e, sempre que necessário, foi sendo ajustado e como resultado todos os nossos Balcões nunca pararam de funcionar continuando a prestar um serviço de qualidade e eficiência.

É neste contexto de incerteza e de forte contração da atividade económica, particularmente nos setores mais diretamente afetados pela crise, como o Turismo e os Transportes que a IMPAR desenvolveu a sua atividade tendo havido consequentemente uma redução de 9% da nossa carteira, mas conseguindo ainda assim manter resultados líquidos acima dos 370 mil contos, reforçando assim os nossos Capitais Próprios em mais de 13%.

A par dos resultados alcançados, a IMPAR, ainda reforçou ainda os rácios prudenciais, tendo a margem de solvência passado de 572% em 2019 para 632% em 2020, demonstrando assim uma solidez ímpar que nos permite enfrentar com confiança as incertezas futuras advenientes da pandemia.

Num contexto de desafios e de incerteza, particular pressão foi colocada a nível do Governance e do sistema de Controlo de Gestão, principalmente no que tange à monitorização e ao acompanhamento dos riscos operacionais, riscos de sistemas de informação, com o trabalho remoto, e ainda os riscos acrescidos que a pandemia trouxe à nossa carteira do Ramo Vida.

Não podemos deixar de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Colaboradores que, não obstante as circunstâncias, mantiveram-se firmes fazendo jus ao espírito de união e de entreajuda que nos caracteriza e honrando desta forma os valores que nos define e identifica como parte de um Grupo Financeiro cuja força motriz é ajudar e impactar positivamente todos os que connosco interagem.



Uma palavra de apreço aos nossos Clientes e Acionistas, pela confiança sem a qual não seria possível levar avante a nossa missão e o nosso compromisso neste contexto excepcional e atípico. É esta confiança que nos permite, ainda, afirmar que estamos mais bem preparados para enfrentar os desafios do presente com os olhos projetados no futuro que acreditamos que será melhor e mais seguro.

Luís Vasconcelos Lopes
Presidente do Conselho de Administração

2. ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Augusto Vasconcelos Lopes
Vice-presidente	Alfredo Barbosa Fernandes
Primeiro Secretário	Francisco Figueiredo Silva
Segundo Secretário	José Paulino Modesto

Conselho de Administração

Presidente	Luís Vasconcelos Lopes
Vice-Presidente	Paulo de Oliveira Lima
Administrador Delegado	António Raposo Correia
Administrador	Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administradora	Sandra Almiro Coimbra

Conselho Fiscal

Fiscal Único	António Pedro Silva
Suplente Fiscal Único	Carlos Fonseca Monteiro

3. GOVERNAÇÃO DA SOCIEDADE

O sistema de governação da Companhia é composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, com responsabilidades devidamente definidas e segregadas e um sistema eficaz de transmissão de informação. Este sistema de governação, proporcional à natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, tem como objetivo promover uma gestão sã e prudente da atividade, assegurando uma adequada gestão de capital e garantindo um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos stakeholders.

Na base deste sistema estão princípios como a transparência, a integridade, a responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado. Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou de qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade.

A Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, pelo menos uma vez por ano, no prazo de três meses a contar da data de encerramento do exercício e tem como principais competências deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício anterior, deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, proceder à apreciação geral da administração da Companhia e proceder às eleições que legal e estatutariamente lhe sejam atribuídas ou aquelas que eventualmente se tornem necessárias.

A administração de todos os negócios e interesses da Companhia é assegurada por um Conselho de Administração composto por cinco Administradores, entre os quais um Administrador Delegado com a responsabilidade pela gestão corrente da Companhia. O mandato dos membros que o constituem é de quatro anos e reúne bimestralmente e sempre que o interesse da Companhia o exija.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Sem prejuízo do ponto anterior, existem matérias que requerem a aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores em funções (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

A fiscalização da Companhia compete a um Fiscal Único e um suplente, eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes.

Compete-lhe verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar

anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

O Auditor Externo é designado pelo Conselho de Administração e validado em Assembleia Geral. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem a responsabilidade de conferir se todas as contas estão em conformidade com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pelo Supervisor, emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, um relatório de certificação das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Os Directores Coordenadores funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre o Administrador Delegado e o processo de tomada de decisão nas duas Regiões do País (Barlavento e Sotavento).

Para além dos Coordenadores, existe o Comité de Apoio à Gestão, ao qual compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Administrador Delegado. O Comité é constituído pelo Administrador Delegado da Companhia e chefias intermédias. As suas principais responsabilidades são:

Questões Técnicas: Analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;

Questões de Risco: Avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento;

Questões Comerciais: Analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

Questões de Auditoria e Financeiras: Analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face ao previsto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

Questões de IT e Operações: Analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos

operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

O processo de decisão contempla o Comité de Apoio à Gestão acima referido, que reúne com uma periodicidade trimestral.

Assim, os Diretores de cada uma das seis Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

4.1 Situação Económica Mundial

A política macroeconómica da generalidade dos países em 2020 foi desenvolvida muito orientada para a mitigação dos efeitos da crise sanitária causada pela pandemia da COVID-19.

O reporte do primeiro caso desta doença identificada pela primeira vez na província chinesa de Wuhan aconteceu em 31 de dezembro de 2019 e, rapidamente, alastrou-se para diversos países e territórios, tendo sido declarada uma pandemia pela OMS – Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020.

A pandemia da COVID-19 tem tido um impacto enorme e profundo sobre a economia mundial, cujo alcance e consequências ainda são difíceis de vislumbrar. Provocou um forte impacto em termos de mortes e doenças, deixou milhões de pessoas na pobreza, determinou uma queda sem precedentes do PIB, extensível a todas as economias avançadas e a um conjunto alargado de países emergentes e em desenvolvimento, na primeira metade do ano (queda esta que só encontra paralelo na Grande Depressão de 1929) e poderá deprimir a atividade económica por um período prolongado.

A queda acentuada da atividade económica reflete o impacto da pandemia da doença COVID-19, mais concretamente a redução da atividade da indústria, do comércio e de serviços; a deterioração do mercado de trabalho e a maior instabilidade dos mercados financeiros internacionais.

Efetivamente, esta crise da pandemia da COVID-19 assumiu a característica de um choque negativo da procura agregada, que afeta, severamente, em simultâneo, o consumo e o investimento privados, contrariamente ao observado nas crises antecedentes.

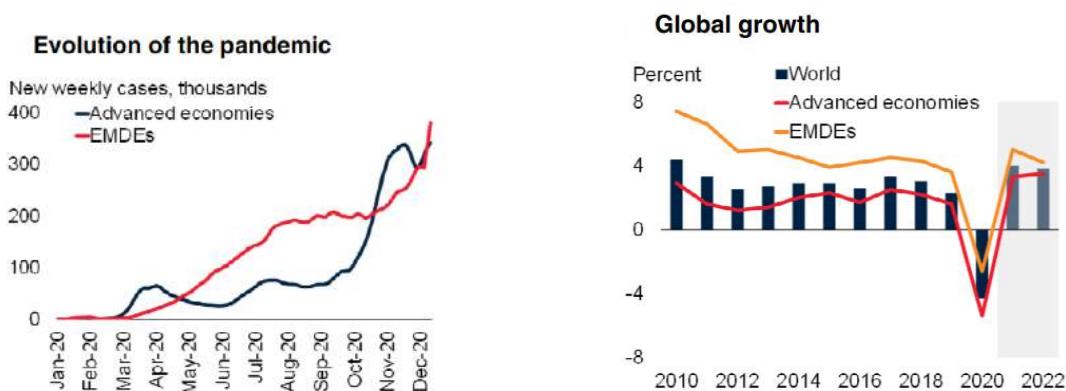
A par do impacto da crise de saúde pública no rendimento e na confiança das famílias (atenuado, em alguma medida, por recurso a poupanças, ao apoio familiar e a benefícios sociais), o distanciamento social explica a forte retração do consumo privado.

Por seu turno, a abrupta queda da procura, alguma disrupção da oferta de bens primários e intermédios (sobretudo afetada na altura em que vigorou as medidas mais restritivas à circulação das pessoas e o encerramento das atividades consideradas não essenciais) e a incerteza sobre os ganhos futuros têm determinado a histórica contração dos investimentos.

Do lado da oferta, o sector dos serviços que estava a suportar a dinâmica da economia global antes da crise, é o mais afetado. De acordo com as estimativas da Organização Mundial do Comércio, o comércio global sofreu uma queda de 7% a 9% em 2020 (11% em termos homólogos no primeiro semestre do ano), reflexo do enfraquecimento da procura de mercadorias, do colapso do turismo internacional e de alguma deslocalização de canais de produção, por um lado, relacionada ao encerramento de fronteiras e, por outro, agravado por restrições comerciais.

Após a queda de 9,4% no primeiro semestre de 2020 face ao final de 2019, a atividade económica mundial recuperou durante os meses de verão. No terceiro trimestre, o PIB mundial cresceu acima do esperado (7,3% em cadeia). O ressurgimento do número de casos de COVID-19, em particular nas economias avançadas, conduziu à reintrodução de medidas de contenção, condicionando a atividade nos setores mais afetados e a confiança dos agentes económicos e suscitando um impacto negativo destes fatores sobre a atividade no quarto trimestre.

A economia mundial contraiu, assim, 4,3% em 2020 (contrariamente ao crescimento de 2,7% registado em 2019), tendo-se verificado, para as economias avançadas, uma contração de 5,4% e, para as economias dos denominados países emergentes e em desenvolvimento (EMDEs), uma contração de 2,6%.



Fonte: World Bank Group Flagship Report, Global Economic Prospects, January 2021.

A economia dos **EUA** conheceu, em 2020, o ritmo mais forte de contração desde a Segunda Guerra Mundial, uma vez que a Covid-19 devastou fornecedores de serviços

como restaurantes e companhias aéreas, deixando milhões de norte-americanos sem trabalho e na pobreza.

A recuperação que se vislumbrou no terceiro trimestre perdeu forças no final do ano, tendo em conta o ressurgimento das infecções por coronavírus e o esgotamento do pacote de medidas de quase três triliões de dólares do governo. A forte perda de força depois de expansão histórica de 33,4% entre julho e setembro deixou o PIB bem abaixo de seu nível do final de 2019.

O setor de serviços sofreu o maior golpe da recessão provocado pelo coronavírus, impactando de forma desproporcional os trabalhadores de menor rendimento, que tendem a ser mulheres e minorias, levando, assim, à chamada recuperação em forma de K (um rápido declínio com uma subsequente divisão acentuada entre vencedores e perdedores, neste caso, os primeiros sendo os trabalhadores com melhores salários e os segundos os trabalhadores com menores rendimentos).

A economia contraiu 3,6% em 2020, pior desempenho desde 1946. Isso após crescimento de 2,2% em 2019. Quase todos os setores, com a exceção da administração pública e do mercado imobiliário, sofreram declínio da produção em 2020. A queda de 3,9% dos gastos dos consumidores foi a maior desde 1932.

O mercado de trabalho foi caracterizado por uma persistente fraqueza que levou ao aumento da pobreza, com pedidos de auxílio-desemprego a totalizarem valores bem superiores aos picos registados na grande recessão de 2007-09. Apenas 56% de postos de trabalho perdidos em março e abril foram recuperados e cerca de 18,3 milhões de norte-americanos estavam recebendo cheques de auxílio ainda no início de 2021.

No terceiro trimestre de 2020, o Federal Reserve dos Estados Unidos (Fed) anunciou uma nova estratégia no sistema de metas de inflação cujo objetivo é tentar levar os EUA, novamente, a atingir um dos grandes objetivos do Fed que é o pleno emprego.

Com esta nova estratégia, a inflação pode permanecer acima da meta de 2% antes que o Fed decida aumentar as taxas de juros para contê-la. A 31 de dezembro de 2020, à semelhança do que tem vindo a acontecer na última década (em que a inflação americana tem permanecido praticamente sempre abaixo da meta), a taxa de inflação fixou-se nos 1,36%.

Na **Zona Euro**, devido à pandemia do coronavírus, a atividade económica sofreu um duro golpe no primeiro semestre de 2020, seguido de um grande crescimento no terceiro trimestre com o levantamento gradual das medidas de confinamento. Contudo, a segunda vaga da pandemia que resultou na introdução de novas medidas de saúde pública destinadas a limitar a propagação do vírus, veio comprometer, novamente, a recuperação que já se fazia sentir.

As projeções macroeconómicas do Banco Central Europeu mostram um recuo na economia da zona euro em 2020 de 7,3% e que a pandemia terá um efeito mais prolongado do que o esperado.

As repercussões económicas da pandemia variam consideravelmente de um Estado-Membro para outro (e o mesmo acontece com as perspetivas de recuperação) e

dependem da propagação do vírus, do rigor das medidas de saúde pública adotadas para conter o vírus, da composição setorial das economias nacionais e da firmeza das respostas políticas nacionais.

No referente ao mercado de trabalho, a perda de postos de trabalho e o aumento do desemprego comprometeram gravemente os meios de subsistência de muitos europeus. As medidas adotadas pelos Estados-Membros, bem como as iniciativas a nível da União Europeia, contribuíram para atenuar o impacto da pandemia nos mercados de trabalho. O âmbito, sem precedentes, das medidas tomadas levou a um aumento moderado da taxa de desemprego relativamente à queda da atividade económica.

As previsões apontam para que a taxa de desemprego na zona euro aumente de 7,5 % em 2019 para 8,3 % em 2020.

Relativamente ao comportamento da Inflação, a queda abrupta dos preços da energia provocou a descida das taxas da inflação nominal para valores negativos. A inflação subjacente, que inclui todas as rubricas, à exceção dos preços da energia e dos produtos alimentares não transformados, sofreu também, uma queda substancial, provocada por uma menor procura de serviços, sobretudo aqueles relacionados com o turismo e bens industriais. A diminuição da procura, a estagnação do mercado de trabalho e a valorização da moeda Euro tiveram, por consequência, a baixa dos preços.

Prevê-se que a inflação na área do euro, medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), seja, em média, de 0,3 % em 2020.

A economia **chinesa** deverá ser a única, entre as grandes economias, a crescer em 2020. Apesar da pandemia da COVID-19, o PIB da China cresceu 2,3% em 2020, quando comparado com o ano de 2019 (cuja taxa de crescimento foi de 6,1%). O crescimento é, contudo, o menor registado em mais de 40 anos.

Os resultados alcançados em 2020 foram impulsionados, sobretudo, pelos bons resultados do último trimestre do ano, contrariando as expetativas dos economistas, após um início de 2020 particularmente difícil (tendo em conta que os primeiros casos oficiais do novo coronavírus foram registados em Wuhan, na China), tendo o governo chinês, para conter a disseminação do vírus, fechado fábricas e lojas com consequências a nível da atividade económica que caiu 6,8% logo no primeiro trimestre.

As fortes medidas de contenção do governo chinês permitiram ao país conter o surto da COVID-19 muito mais rápido do que a maioria dos países e no segundo trimestre, já com o coronavírus controlado, a economia foi retomada e cresceu 3,2%. No trimestre seguinte, o incremento da economia se consolidou e o crescimento do PIB foi de 4,9%. Nos últimos três meses do ano, o PIB cresceu 6,5% comparativamente ao período homólogo de 2019. É de se referir, contudo, que a base para a recuperação económica da China ainda não está firme, tendo em conta as muitas incertezas que ainda existem quanto à pandemia e quanto ao ambiente externo.

As exportações do país aumentaram 3,6% em 2020, apesar da guerra tarifária com os Estados Unidos, impulsionadas pela demanda global por máscaras chinesas, outros suprimentos médicos e equipamentos de teletrabalho.

Os últimos dados comerciais do país mostram que somente em dezembro as exportações aumentaram 18,1% em comparação com o mesmo período do ano anterior (as importações aumentaram 6,5%).

A economia do **Reino Unido**, além das incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, enfrentou, em 2020, outras incertezas, nomeadamente em torno do Brexit, relacionadas com o período de transição e com o desfecho das negociações entre Londres e Bruxelas sobre o acordo comercial pós-Brexit.

Se as consequências relativamente ao Brexit já estavam a ser negociadas e ponderadas, a pandemia da COVID-19, à semelhança do que aconteceu em todas as economias mundiais, chegou ao Reino Unido de surpresa, logo o início de 2020 (um mês após ser reportado o primeiro caso no mundo).

Por diversas razões, relacionadas, nomeadamente, com **(i)** as características da própria população (já envelhecida e com uma diversidade étnica que, segundo especialistas são segmentos da população mais vulneráveis a doenças graves e, por conseguinte, sujeitos a maior mortalidade devido ao coronavírus); **(ii)** a composição da economia britânica - comparativamente aos seus pares, uma maior parte da economia do Reino Unido (cerca de 13% da produção total) é dedicada a atividades que exigem contato pessoal próximo o que foi especialmente afetado pelas medidas de distanciamento social para conter a disseminação da COVID-19; **(iii)** a teoria, segundo alguns especialistas, de que houve muitos erros na gestão desta pandemia, nomeadamente a lentidão na implementação de um programa eficaz de testes, rastreamento e isolamento para detetar novos casos e impedir a propagação do vírus, a economia britânica sofreu profundamente os efeitos da pandemia, tendo ficado fechada a maior parte do segundo trimestre do ano, quando outras economias europeias começaram mais cedo a sua reabertura.

Para combater a crise gerada pela pandemia, o governo terá se endividado em 394 bilhões de libras, 19% do PIB, a maior dívida orçamental da história do país "em tempos de paz". O investimento do Estado no combate ao coronavírus terá sido de 280 bilhões de libras - com ajuda para o emprego e o setor da saúde.

As projeções do Banco Central Europeu apontam que a economia britânica deverá registar, em 2020, um colapso económico maior do que o da zona euro com o PIB a cair 11,3%.

No **Japão**, segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional, o impacto do surto do novo coronavírus provocará uma contração de 5,3% no PIB em 2020.

À semelhança do que aconteceu no resto do mundo, a pandemia do coronavírus teve um grande impacto nas viagens do Japão, não obstante os esforços do governo para impulsionar as viagens domésticas. O contributo do Turismo na economia japonesa registará, assim, uma forte contração em 2020, prevendo-se uma queda de 58% face aos valores alcançados em 2019.

O Banco Mundial perspetiva um decréscimo de 38,2% nas receitas turísticas deste mercado no ano de 2020, comparativamente ao ano anterior. É de se referir que em 2020 o país se preparava para sedear um grande evento desportivo internacional e consequentemente receber milhões de visitantes estrangeiros, mas acabou por atingir apenas 10% da meta estabelecida.

O número de falências na indústria hoteleira no Japão em 2020 subiu consideravelmente tendo o sector do turismo registado perdas de milhões de postos de trabalho (principalmente empregos temporários).

A economia do Japão registou, assim, a primeira evolução negativa na taxa de desemprego em 11 anos (desde 2009, por ocasião da crise financeira internacional). A taxa de desemprego aumentou para 2,8% em 2020 (2,4% em 2019).

A atividade das **Economias dos Mercados Emergentes e Países em Desenvolvimento (EMDEs)** caiu 2,6% em 2020 como resultado da pandemia do COVID-19.

Excluindo a recuperação da China, a contração da produção nas EMDEs em 2020 está estimada em 5%, refletindo recessões em mais de 80% dos EMDEs (uma percentagem maior do que a verificada durante a crise financeira global, quando a atividade diminuiu em cerca de um terço dos EMDEs).

As economias que sofreram os piores declínios foram aquelas que dependem fortemente de serviços e turismo (Cabo Verde, Maldivas, Montenegro, Caribe, Seychelles), aquelas com grandes surtos domésticos (Argentina, Índia, México, Peru), e aquelas que enfrentaram quedas acentuadas nas exportações de *commodities* industriais devido à queda na procura externa (Equador, Omã).

O apoio macroeconómico substancial ajudou a suavizar o declínio da atividade. A queda no investimento foi parcialmente contida por cortes nas taxas de juros e medidas de apoio macro-prudencial, que disponibilizaram liquidez e promoveram empréstimos, bem como por pacotes fiscais consideráveis.

A queda no consumo privado foi menos severa nas EMDEs que usaram a margem de política fiscal disponível para expandir redes de segurança social e apoio ao emprego. A resiliência das remessas em alguns países também ajudou a amortecer o golpe para as famílias. Apesar desses fatores atenuantes, o aumento da perda de empregos resultou em quedas de rendimentos de trabalho entre 10% e 15% na região das EMDEs.

Nos exportadores de *commodities*, o choque duplo de perturbações económicas relacionadas à pandemia e queda nos preços das *commodities* gerou consideráveis contratemplos à atividade em 2020. A recuperação da produção industrial nos países exportadores de *commodities* tem estado tépida, com os níveis da produção permanecendo abaixo dos pré-pandémicos.

Em vários países dos denominados **LICs (Low Income Countries)**, o número crescente de casos de COVID-19 obrigou os governos a manterem algumas medidas de contenção em vigor durante a segunda metade de 2020 (Etiópia, Moçambique, Ruanda, Uganda). No geral, prevê-se a contração em 0,9 % da produção nos LICs em 2020.

A pandemia da COVID-19 causou uma contração sem precedentes da economia **portuguesa** na primeira metade de 2020. O levantamento gradual das medidas de contenção a partir de maio e o forte suporte das políticas públicas contribuíram para uma recuperação rápida no terceiro trimestre. O agravamento da situação sanitária em Portugal no quarto trimestre exigiu a implementação de medidas adicionais de controlo da pandemia, interrompendo a dinâmica de recuperação económica.

Contudo, as medidas de contenção introduzidas no quarto trimestre foram mais seletivas, evitando assim um confinamento generalizado como o decretado entre março e abril, mitigando o impacto na economia.

A economia portuguesa deverá, assim, cair 8,1% em 2020, refletindo a redução da procura interna e das exportações, destacando-se o contributo muito negativo das exportações de serviços, em particular dos serviços relacionados com o turismo.

O emprego deverá diminuir 2,3%, o que constitui uma queda inferior à que seria expectável dada a relação entre emprego e atividade observada em recessões anteriores. Esta reação atenuada refletiu o impacto das medidas de apoio às empresas, em particular, o regime de layoff simplificado e os apoios aos trabalhadores independentes.

A taxa de desemprego aumentou de 6,5% em 2019 para 7,2% em 2020. Para além das medidas de apoio ao emprego e do recurso ao teletrabalho, a evolução da taxa de desemprego foi mitigada na primeira metade do ano pelo aumento da inatividade.

A pandemia da COVID-19 teve um efeito significativo nas economias **africanas** devido à dificuldade de implementar as medidas de isolamento social e manter, ainda que parcialmente, a economia a funcionar, o que é agravado com a descida dos preços do petróleo.

Os impactos sanitários, económicos e sociais da pandemia custaram, ao continente, bilhões de dólares em perdas do produto em 2020, reduzindo a produtividade agrícola, enfraquecendo as cadeias de abastecimento, limitando as perspetivas de emprego (numa região em que a grande maioria dos trabalhadores opera em empregos informais) e reduzindo as remessas, com todos esses fatores contribuindo para a incerteza política e regulatória.

A pandemia trouxe mais desafios para as economias do continente africano tendo em conta que, paralelamente à recuperação económica, devem construir resiliência a choques futuros, nomeadamente, fortalecendo o sector da saúde, fomentando o crescimento económico alargado, desenvolvendo novas estratégias para a resolução de desafios estruturais, numa conjuntura em que os seus parceiros externos, tendo sido atingidos pela pandemia, se encontram preocupados com as suas próprias necessidades internas.

Para a África subsaariana, o Banco Mundial estima uma recessão de 3,7% em 2020. Os países mais afetados pela pandemia foram os exportadores de petróleo, incluindo os lusófonos Angola e Guiné Equatorial, e os dependentes do turismo, como Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe, para além dos países com um elevado número de casos, entre os quais, a África do Sul.

Comércio Global

O comércio mundial, uma das principais vítimas económicas da pandemia do COVID-19, sofreu uma queda recorde em 2020, tendo diminuído 9,5%.

O comércio, não obstante, desempenhar um papel fundamental na resposta à pandemia, permitindo aos países assegurar o acesso a alimentos e a insumos médicos vitais que garantem os meios de subsistência e preservar vidas, naturalmente, por causa do isolamento social imposto pela pandemia, a procura mundial por bens, bem como a movimentação de pessoas entre os países, ficaram amplamente condicionadas.

Os índices relativos a produtos automóveis, transporte aéreo de mercadorias, bem como o transporte marítimo de carga registaram os piores resultados desde 2007.

No que se refere às *commodities*, é de se referir uma certa volatilidade que caracterizou os preços do petróleo. Logo no início do ano, as preocupações dos investidores relativamente ao preço do petróleo eram as tensões geopolíticas no Oriente Médio que ameaçavam interromper a produção e fazer disparar os preços (no início de janeiro o preço do Brent havia disparado para 71,75 dólares). Com o avançar da pandemia, aconteceu uma queda vertiginosa dos preços do petróleo e, ainda no segundo trimestre do ano, o índice americano de referência, WTI - West Texas Intermediate, ficou negativo pela primeira vez na história e o Brent atingiu o seu nível mais baixo do ano, USD 15,98 (preço não visto há mais de vinte anos).

Desde o mês de abril, a tendência tem sido, contudo, ascendente, como consequência do acordo alcançado para a redução da produção pela OPEP+, do levantamento gradual das restrições às atividades não essenciais e da aprovação das primeiras vacinas para prevenir a infecção pelo coronavírus. No entanto, dadas as incertezas relativamente à evolução da pandemia, não se espera que a procura de combustível recupere rapidamente, uma vez que os Governos planeiam manter o encerramento das fronteiras e as restrições de viagens até que as vacinas estejam amplamente disponíveis.

Em média, os preços do petróleo ficaram nos USD 41/bb em 2020, uma queda de 34% em relação a 2019, devido à pandemia do COVID-19 que prejudicou o consumo mundial.

No que se refere às demais *commodities*, os preços dos metais básicos ficaram amplamente estáveis em 2020. As quedas acentuadas ocorridas na primeira metade do ano foram seguidas por uma forte recuperação na segunda metade devido ao aumento da procura da China.

A nível dos produtos agrícolas, os preços subiram 4% em 2020, em grande parte impulsionado por escassez de oferta e procura maior do que o esperado em óleos alimentares, cereais, açúcares e lacticínios.

É de se destacar ainda, ao nível do comércio global, a assinatura, em novembro de 2020, do maior acordo de livre comércio do mundo, o RCEP – Regional Comprehensive Economic Partnership, que representa cerca de 30% do PIB global. Um tratado liderado pela China, que consegue ampliar a sua influência comercial e reduzir os efeitos das tarifas impostas pelos Estados Unidos.

Mercados Financeiros

Depois de uma década em que a dívida global já havia subido para um recorde de 230% do PIB até 2019, o peso da dívida aumentou em 2020, na medida que as empresas enfrentaram um período de forte redução nas vendas e os Governos financiaram grandes pacotes de estímulo à economia.

Altos níveis de dívida deixam mutuários vulneráveis a uma mudança repentina do *risk appetite* de investidores, principalmente para mutuários com risco mais elevado e EMDEs dependentes de fluxos de capital para financiar grandes despesas fiscais e déficits externos.

O Investimento Direto Estrangeiro (IED) continuou sua tendência decrescente e, associado a um colapso das receitas de exportação, levou a depreciações significativas da moeda e custos crescentes de empréstimos em alguns países, principalmente os exportadores de *commodities*.

O Euro, moeda à qual o escudo cabo-verdiano está indexado, teve uma valorização em termos nominais efetivos e face ao dólar, de 1,5% e 2,0% em 2020

4.2 Situação Económica Nacional

Cabo Verde, à semelhança da generalidade das economias mundiais, em 2020, teve a sua economia marcada pela crise global de saúde pública provocada pela pandemia da COVID-19, que se traduziu no pior choque económico desde a independência nacional.

Efetivamente, as medidas preventivas e de controlo da propagação do vírus, nomeadamente a restrição de atividades consideradas não essenciais e a proibição de atividades desportivas e recreativas, implementadas em finais do primeiro trimestre e que perduraram, regra geral, as mais restritivas, até maio, tiveram impactos profundos na atividade económica mundial, em geral, e na dos principais parceiros de Cabo Verde, em particular.

Este impacto é visto na recessão económica destes países, nomeadamente, a Área do Euro, como o principal parceiro do país, o Reino Unido enquanto o maior mercado

de turistas do país e a economia dos EUA, outro importante parceiro económico de Cabo Verde.

A economia teve, contudo, um desempenho globalmente favorável nos primeiros três meses do ano, sobretudo impulsionada pela dinâmica dos ramos da construção, da administração pública, da indústria transformadora e dos transportes.

Este desempenho deixou, contudo, de se verificar a partir do segundo trimestre, fruto das medidas restritivas implementadas pela declaração e sucessivas renovações de Estado de Emergência no país.

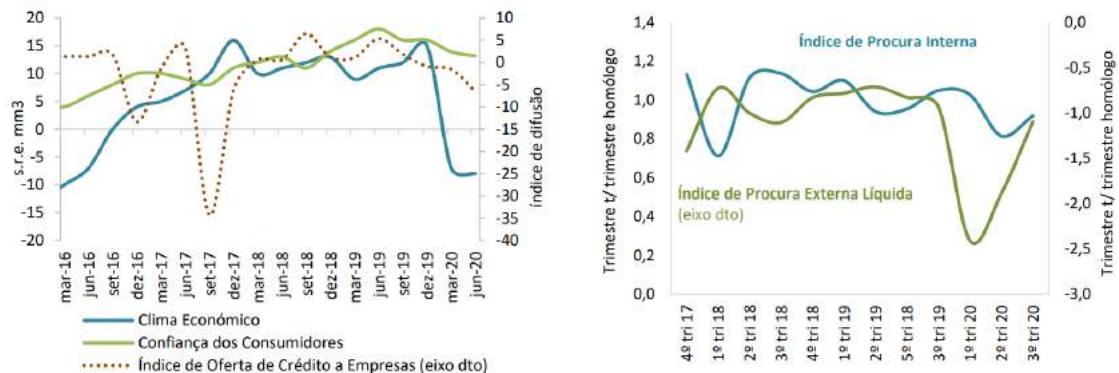
Do lado da oferta, o impacto se traduziu na queda do valor acrescentado bruto de todos os ramos de atividade, com exceção da administração pública e da agricultura.

Do lado da procura, verificou-se uma retração das exportações de bens e serviços, do consumo privado e do investimento. O distanciamento social (voluntário e involuntário), a interrupção de atividades recreativas, a interdição de viagens, a diminuição de rendimentos pela população que perdeu, ainda que temporariamente, o seu posto de trabalho, algum aumento da poupança precaucional e o repatriamento de parte da comunidade estrangeira radicada no país explica uma queda histórica do consumo privado. No que se refere à queda dos investimentos, a explicação é dada, sobretudo, pela interrupção das atividades não essenciais.

No entanto, a contração do produto foi atenuada **(i)** pelo aumento do consumo público (devido à implementação de políticas discricionárias de amparo às famílias mais vulneráveis e ao reforço da estrutura e das condições de resposta do sector da saúde à crise sanitária) e **(ii)** pela redução das importações (de mercadorias, de serviços empresariais, profissionais e técnicos) e das viagens dos cabo-verdianos (em negócios e lazer).

Conforme as estimativas do Banco de Cabo Verde, num contexto de contínuo agravamento do indicador de clima económico e de tendência decrescente do indicador de confiança do consumidor, para o ano de 2020, as previsões são para uma contração da economia nacional com a evolução do PIB na ordem dos -8,1%.

Indicadores de Confiança e de Tendência da Atividade Económica



Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Banco Mundial, Banco de Cabo Verde. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Refletindo, igualmente, os efeitos da pandemia na procura agregada, as pressões inflacionistas moderaram e a **inflação** média anual fixou-se nos 0,6%, registando-se assim, uma diminuição de 0,2 p.p. relativamente a dezembro de 2019.

Esta evolução refletiu, em larga medida, a transmissão dos preços internacionais das matérias-primas energéticas ao cabaz de consumo nacional bem como a tendência contracionista da procura tendo em conta a redução da inflação das classes de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas (dissipados os efeitos de alguma corrida aos supermercados que anteciparam a implementação das restrições determinadas pelo Estado de Emergência no país e nos mercados fornecedores) e de restaurantes e hotéis, assim como a deflação da classe de vestuário e calçado.

De se referir, contudo, o contributo da classe da saúde para o nível geral dos preços no consumidor marcadamente mais elevado que o das demais classes, em função, em larga medida, do aumento dos preços de produtos farmacêuticos e do crescimento dos preços dos produtos, aparelhos e equipamentos médicos bem como dos serviços para doentes ambulatórios.

No que se refere às **contas externas**, denota-se um agravamento que reflete a deterioração da balança corrente explicado, sobretudo, pela redução das exportações de viagens, de transporte, de mercadorias, bem como de víveres e combustíveis nos portos e aeroportos internacionais. A interdição dos voos internacionais durante o segundo semestre do ano (salvo as consideradas essenciais) e a paralisação das atividades consideradas não fundamentais durante o período em que vigorou o Estado de Emergência no país e nos principais parceiros comerciais explicam a evolução, em termos homólogos, do défice da balança de bens e serviços e a redução do excedente da balança de serviços, pese embora a contração registada das importações de serviços.

A redução dos dividendos expatriados, bem como dos juros pagos pelos bancos pelos seus passivos externos, a par do aumento das remessas dos emigrantes moderaram, contudo, o agravamento da balança corrente.

De notar que, o atraso na realização de assembleias de sócios devido às restrições impostas pelo Estado de Emergência, a retenção de lucros tendo em conta as incertezas na retoma da atividade empresarial, a redução das taxas de juro aplicadas nos depósitos dos emigrantes e nos demais passivos externos dos bancos, explicam, em larga medida, a redução homóloga do défice de rendimento primário.

No que se refere às remessas dos emigrantes, no segundo trimestre do ano conheceu uma queda (depois de ter conhecido, no primeiro trimestre, o ritmo de crescimento mais acelerado desde 2015 - altura em que os emigrantes procuraram compensar a perda de rendimentos de familiares afetados pela erupção vulcânica) explicada pelas restrições de circulação nos países de acolhimento, bem como pela suspensão do serviço de despacho de pequenas encomendas nas alfândegas de Cabo Verde durante este período. É de se referir, contudo, que esta redução das remessas dos emigrantes foi compensada pelo aumento de donativos oficiais e não oficiais (de

individualidades e instituições sem fins lucrativos para apoiar as famílias cabo-verdianas).

A balança de capital, contrariamente à tendência de evolução negativa que vinha registando desde a execução do segundo compacto Millenium Challenge Account, conheceu uma evolução positiva do seu saldo no primeiro semestre do ano, impulsionado, preponderantemente, por transferências oficiais em bens de uso hospitalar e de proteção civil.

As necessidades de financiamento da economia (medidas pelo saldo conjunto das balanças corrente e de capital) atingiram, contudo, níveis consideráveis do PIB pelo que o apoio orçamental ao Estado de Cabo Verde, além de financiar as necessidades da economia atenuam a diminuição do stock das reservas internacionais líquidas do país que, conforme as previsões do Banco de Cabo Verde, em 2020, continuarão a garantir mais de seis meses das importações de bens e serviços.

O défice da balança financeira aumentou relativamente ao período homólogo pelo que o desembolso da facilidade de crédito do FMI – Fundo Monetário Internacional para apoiar Cabo Verde na mitigação dos efeitos da pandemia foi determinante para as entradas líquidas de capitais no país.

Ao nível da **situação monetária e financeira**, os dados apontam para o crescimento do agregado monetário M2 impulsionado pelo aumento das necessidades de financiamento do Estado, bem como das Empresas e Famílias, conforme mostra o crescimento do stock de crédito do governo central e do sector privado. É de se referir, ainda, o contributo negativo dos ativos externos para a expensão monetária, tendo em conta a queda das reservas internacionais líquidas do país.

A contração das disponibilidades do país sobre o exterior traduziu a diminuição dos ativos externos líquidos do banco central e dos bancos comerciais. Por sua vez, o aumento dos depósitos do governo central, sustentado por desembolsos da ajuda orçamental convencional e excepcional (para compensar os impactos da COVID-19 nas receitas fiscais e apoiar o país na implementação de medidas de apoio às famílias e empresas), explica a redução do crédito líquido ao sector público administrativo (o crédito ao governo central aumentou).

A evolução do crédito ao sector privado reflete, fundamentalmente, a implementação de medidas de atenuação dos efeitos da pandemia na tesouraria das empresas, bem como no rendimento de empresários em nome individual e famílias, mormente as moratórias no cumprimento do serviço da dívida.

A oferta monetária foi, sobretudo, impulsionada pelo crescimento dos passivos monetários e, em particular, dos depósitos à ordem. O crescimento dos passivos quase monetários abrandou, com a queda dos depósitos em divisas de residentes e dos depósitos a prazo dos emigrantes em moeda nacional.

O recurso às poupanças para compensar parcialmente a perda de rendimentos por parte de residentes, por um lado, e, por outro, a não renovação dos depósitos a prazo

e de poupança pelos emigrantes, por eventuais razões precaucionais e operacionais, justificam a redução dos passivos quase monetários.

Com o objetivo de atenuar o impacto do novo coronavírus na economia nacional, o Banco de Cabo Verde (BCV) procedeu, logo no início do segundo trimestre de 2020, à implementação de um conjunto de medidas a vigorar em 2020 e que compõem um pacote excepcional de estímulo monetário e flexibilização prudencial. O objetivo do pacote de medidas adotado visou não só garantir aos bancos de que não lhes faltará liquidez, como também garantir que não serão penalizados em termos de capital, isso tendo em conta eventuais dificuldades no cumprimento normal das obrigações e pagamento dos créditos, por parte dos devedores do sistema bancário, no contexto adverso do coronavírus – Covid-19.

Assim sendo foram adotadas medidas de estímulo monetário como sejam a revisão das taxas de referência, a redução da taxa das reservas mínimas obrigatórias e ainda a disponibilização de uma linha de financiamento em condições especiais para que, em consequência, também os bancos atribuírem créditos a taxas mais baixas.

Paralelamente às medidas de estímulo monetário foram adotadas medidas prudenciais direcionadas às instituições de crédito, como sejam (i) a possibilidade de atribuição, por parte dos bancos e mediante pedido de clientes (particulares e empresas) de moratórias ou carência no pagamento dos créditos para um período de 3 (três) meses, eventualmente renovável, em função da avaliação da situação. Durante o período da moratória ou carência referido, as falhas de pagamento dos clientes afetados com situações de incumprimento não serão consideradas como crédito malparado (NPL-Non Performing Loans), não tendo efeitos nas imparidades, nas provisões e nos rácios da atividade (ii) a redução do rácio de solvabilidade em 2 pontos percentuais até 31 de dezembro de 2021, passando dos 12% para 10% e (iii) a suspensão, em 2020 e 2021, da dedução aos fundos próprios dos valores dos bens recebidos em dação no período de 2013 a 2016.

Todas estas medidas foram tomadas pelo BCV visando também preservar a confiança nos mercados e dar sinais claros à banca da disponibilidade do banco central em ceder fundos em casos de stress ou escassez de liquidez e reforçar a orientação da política monetária para um maior estímulo ao crédito e ao crescimento económico.

No que concerne às **Finanças Públicas**, dados do Banco de Cabo Verde apontaram para uma deterioração que ficou a dever-se, principalmente, à queda das receitas fiscais e ao aumento das despesas correntes de investimento, explicados pelos efeitos da redução da procura agregada e das importações na arrecadação dos impostos (impostos sobre o valor acrescentado, sobre o rendimento de pessoas coletivas e sobre as transações internacionais), assim como da implementação de medidas para a atenuação dos impactos económicos e sociais da pandemia da covid- 19.

O crescimento das despesas correntes de investimento, por seu turno, refletiu, em larga medida, por um lado (i) o aumento dos gastos com a aquisição de bens e serviços (para custear o arrendamento de espaços para isolamento dos infetados com a

COVID-19, o aluguer de viaturas para a proteção civil, além da aquisição de material de consumo clínico e medicamentos) e (ii) o aumento com os benefícios sociais (despesas com os rendimentos solidário e social de inclusão, bem como com o pagamento de estágios profissionais e projetos de inclusão social, promoção e formação para a empregabilidade).

Entretanto, as despesas correntes de funcionamento também aumentaram, estimuladas pelo crescimento das despesas com pessoal (justificado pelo recrutamento de novos profissionais de saúde, pela atualização salarial do pessoal da polícia nacional e pela implementação do novo estatuto da carreira dos militares).

Por seu turno, os gastos com a aquisição de ativos não financeiros reduziram, contendo a expansão das necessidades de financiamento do Estado.

4.3 Mercado de Seguros em Cabo Verde

Dados provisórios de dezembro de 2020 indicam que o mercado segurador Caboverdiano registou uma redução de 6% na produção de Seguro Direto, situando-se nos mCVE 2.674.162, invertendo a tendência de crescimento que se vinha a observar nos últimos anos (variação de mCVE -176.265 face a 2019) em virtude do acompanhando do comportamento do mercado claramente impactado pela pandemia da **COVID-19**.

Não obstante o contexto exigente vivido em 2020, o setor manteve a capacidade de resposta profissional, diligente e célere com o objetivo de mitigar as consequências das perdas associadas aos sinistros na vida das famílias e das empresas.

O ramo Vida cresceu 15% passando a valer praticamente 12% do total do Mercado, destacando-se o crescimento do Vida Financeiro.

A diminuição do volume de produção foi influenciada pelo comportamento do segmento Não Vida, que sofreu uma quebra de 8%, atingindo os mCVE 2.354.018.

O ano de 2020 foi um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, marcada pela crise global de saúde pública provocada pela pandemia da COVID-19, que se traduziu no pior choque económico desde a independência nacional.

O setor continuará a trabalhar para manter e reforçar sua posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

No decurso do ano de 2020, foram implementadas no mercado Segurador Nacional uma série de alterações legais com realce para o Decreto-lei nº 58/2020 de 29 de Julho que estabelece o Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais;

Em resumo, as alterações legais ocorridas durante 2020 e com impacto na atividade seguradora Caboverdiana foram as seguintes:

Decreto-lei nº 43/2020 de 16 de Abril: prorroga, excepcionalmente, o prazo de resolução automática dos contratos de seguro, prescrito no nº 2 do artigo 61º do Decreto-lei nº 35/2010, de 6 de setembro, que aprova o Regime Geral dos Contratos de Seguro, passando a ser de sessenta dias, após a data de vencimento do contrato, vigorando até 30 de setembro de 2020;

Decreto-Legislativo nº 3/2020 de 28 de Maio: Que procede à primeira alteração ao Código Marítimo, aprovado pelo Decreto-Legislativo n.º 14/2010, de 15 de novembro, alterando por exemplo o artigo 39º em que optou-se por transferir a obrigação de segurar para os armadores, independentemente de serem ou não simultaneamente proprietários.

Decreto-Regulamentar nº 7/2020 de 4 de Junho: Que aprova o regulamento relativo as características, sistemas, componentes e acessórios, marcas e modelos, dimensões e pesos máximos dos veículos, o regime de alteração de características, bem assim como o regime de inspeção de veículos que circulam em Cabo Verde, abreviadamente designado Regulamento de Veículos Autorizados a Circular;

Decreto-lei nº 58/2020 de 29 de Julho: Diploma que estabelece o Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, sendo de destacar os seguintes aspectos:

- Aumento do salário seguro que passa a ser o vencimento real do trabalhador;
- Aumento generalizado dos percentuais de comparticipações nas indemnizações por perda de salário e pensões;
- Definição das regras para a remissão de pensões;
- Aumento do leque na definição de acidentes de trabalho tornando-o mais abrangente as situações consideradas como tal;
- Não regulamentação mais uma vez das Doenças Profissionais;
- Não publicação simultânea de uma nova tarifa bem como definição clara das classes de riscos e respetivas taxas a aplicar para cálculo dos prémios tendo em conta o consequente aumento do custo com sinistro;

Decreto-lei nº 85/2020 de 18 de Dezembro: Que volta a estabelecer um regime excepcional e temporário, no âmbito da pandemia da doença COVID -19, relativo ao pagamento do prémio de seguro e aos efeitos da diminuição temporária do risco nos contratos de seguro decorrentes de redução significativa ou de suspensão de atividade e que vigora até 31 de março de 2021;

5. FACTOS RELEVANTES EM 2020

Ao longo do exercício foram reforçadas várias ações com o objetivo de consolidar o crescimento com sustentabilidade, através de uma estrutura de carteira mais

equilibrada entre ramos, potenciando aqueles que tradicionalmente apresentam um nível de rentabilidade mais elevado. Esta estratégia centra-se, também, na qualidade do serviço prestado aos parceiros e clientes, conforme orientação do Plano Estratégico da Companhia.

O Canal Bancário ganhou uma nova dinâmica, registando-se em 2020 um crescimento assinalável, criando-se as bases para o desenvolvimento sustentado do negócio.

Ao nível da comunicação e gestão da marca, em 2020, com o propósito de reforçar a notoriedade da marca IMPAR, reforçamos as campanhas nos principais jornais nacionais.

Continuamos a apostar numa forte presença nos meios digitais, e na dinamização do Facebook e outras redes sociais, como forma de divulgação, angariação de clientes e criação de relação com a marca.

Responsabilidade Social

No âmbito da política de Patrocínio e Mecenato a IMPAR cooperou com diversas instituições que defendem causas socialmente relevantes, nomeadamente nas áreas social, saúde, desportiva e cultural:

- Assinatura de protocolo com o Comité Olímpico Caboverdiano tendo em vista a preparação dos atletas nacionais para a participação nos Jogos Olímpicos de Tóquio;
- Patrocinador oficial Carnaval Praia e Mindelo 2020;
- Donativo ao Ministério da Saúde e Segurança Social, de testes rápidos para auxiliar no diagnóstico da COVID-19;
- Parceria IMPAR e ACLCC – Associação Cabo-verdiana de Luta Contra Cancro:
 - Outubro Rosa: "Não abrandar a luta contra o cancro de mama em tempos de Covid-19"
 - Novembro Azul: "Não abrandar a luta contra o cancro de próstata em tempos de Covid-19"
- ACCEDERE - A IMPAR Seguros foi uma das Instituições destacadas com o Certificado de Reconhecimento, como Instituição acessível aos clientes e sinistrados portadores de deficiência;
- Ainda, patrocínios ao Clube Hípico do Mindelo, Clube Ténis, Cruz Vermelha, Academia Caboverdiana de Letras, entre outros.

O ano 2020 foi marcado pela pandemia COVID-19 (do inglês Coronavirus Disease 2019, oficialmente identificado pela primeira vez em seres humanos em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China) e por uma substancial e abrupta alteração nas relações sociais, em particular com o chamado isolamento social, e nas práticas laborais, em particular conversão pela abstenção das mesmas ou conversão para regime de teletrabalho.

Do ponto de vista interno, importa salientar que, em resultado do agravamento, desde o início de março, da situação relativa à pandemia COVID-19 a Companhia implementou um conjunto de medidas preventivas e de resposta com vista a adequar as suas operações à nova realidade com que se depara. Foi, desta forma, implementado um Plano de Contingência com o objetivo de monitorar e acompanhar de perto esta situação.

Neste contexto, foi de imediato implementado um conjunto de medidas na esfera dos recursos humanos, com um recurso ao teletrabalho suportado por logística própria, no que concerne às suas instalações, a tomada de um conjunto de medidas por forma a limitar os riscos atualmente existentes, nomeadamente em termos de limitação de acessos numa fase inicial

O período de Estado de Emergência decorreu nos meses de Abril e Maio, constatando-se várias alterações ao longo do tempo, tendo em conta a realidade e situação epidemiológica de cada ilha.

No mês de Abril a IMPAR teve uma redução de horário, onde funcionou apenas no período da manhã com o número mínimo de colaboradores em cada escritório, cerca de 35%, por forma a garantir os serviços aos clientes, dado que a atividade seguradora está enquadrada nos serviços de carácter essencial.

Durante esse período, semanalmente ou quinzenalmente, eram avaliadas as circunstâncias e alternados os colaboradores que trabalhavam nos escritórios.

Aos colaboradores que as funções assim o permitiam, foram criadas as condições para o teletrabalho, nestes casos foram instalados os postos nas suas casas e encontradas soluções para garantir a operacionalidade dos mesmos. A nível das TIC, importa referir o esforço de adaptação, com sucesso e em tempo útil, ao recurso de teletrabalho implementado a diversos colaboradores durante o período de confinamento.

No mês de Maio apenas a ilha de Santiago manteve-se com redução de número de colaboradores, funcionando com aproximadamente 45% do pessoal.

Após esse período todos os escritórios voltaram a funcionar com o horário habitual e com todos os colaboradores, mas sempre respeitando as medidas de segurança.

O GRUPO IMPAR inaugurou no dia 18 de Dezembro 2020, a sua nova Agência em Sal Rei, ilha da Boavista, situada na Rua 4 de Julho.

6. PRINCIPAIS INDICADORES E VARIÁVEIS

	2020	2019	Var 20 / 19 ABS	Var 20 / 19 %
Produção				
Vida	93 274	80 772	12 502	15,5%
Não Vida	922 026	1 037 036	(115 010)	-11,1%
IMPAR	1 015 300	1 117 808	(102 508)	-9,2%
Vida	320 144	277 683	42 461	15,3%
Não Vida	2 354 018	2 572 740	(218 722)	-8,5%
Mercado	2 674 162	2 850 423	(176 261)	-6,2%
Vida	29,1%	29,1%		0,0%
Não Vida	39,2%	40,3%		-1,1%
Quota	38,0%	39,2%		-1,2%
Seguro Directo	469 876	441 574	28 303	6,4%
Prémios	1 015 300	1 117 808	(102 508)	-9,2%
Sinistros	(320 537)	(360 495)	39 957	-11,1%
Provisões	(15 498)	(97 836)	82 338	-84,2%
Custos	(209 388)	(217 903)	8 515	-3,9%
Resseguro	(310 137)	(284 808)	(25 328)	8,9%
Prémios	(388 320)	(498 447)	110 127	-22,1%
Sinistros	42 884	85 146	(42 263)	-49,6%
Provisões	(35 925)	58 836	(94 762)	-161,1%
Custos	71 225	69 656	1 570	2,3%
Resultados				
Resultado Técnico	159 739	156 765	2 974	1,9%
Seguro Directo	469 876	441 574	28 303	6,4%
Resseguro	(310 137)	(284 808)	(25 328)	8,9%
Resultado Bruto	406 983	434 397	(27 415)	-6,3%
Técnico	159 739	156 765	2 974	1,9%
Não Técnico (*)	247 243	277 632	(30 389)	-10,9%
Resultado Líquido	370 600	395 319	(24 719)	-6,3%
Resultado Bruto	406 983	434 397	(27 415)	-6,3%
Imposto sobre o lucro	(36 382)	(39 078)	2 696	-6,9%
Investimentos	3 522 661	3 157 211	365 450	11,6%
Financeiros	2 993 932	2 604 887	389 045	14,9%
Terrenos e Edifícios	528 728	552 323	(23 595)	-4,3%
Provisões Técnicas	1 082 900	956 624	126 276	13,2%
Seguro Directo	1 532 781	1 451 223	81 558	5,6%
Resseguro	(449 882)	(494 599)	44 718	-9,0%
Capital Próprio	2 377 834	2 101 643	276 191	13,1%
Capital Social	400 000	400 000	-	0,0%
Reservas e Resultados Transitados	1 607 234	1 306 324	300 910	23,0%
Resultado do Exercício	370 600	395 319	(24 719)	-6,3%
Indicadores				
Rácio de Sinistralidade	31,6%	32,3%		-0,7%
Rácio de Despesa	20,6%	19,5%		1,1%
Rácio Combinado	52,2%	51,7%		0,5%
Taxa de Provisionamento	-1,5%	-8,8%		7,2%
Rentabilidade técnica bruta	46,3%	39,5%		6,8%
Taxa de Cedência (saldo de resseguro)	-30,5%	-25,5%		-5,1%
Rentabilidade técnica líquida	15,7%	14,0%		1,7%
Rentabilidade não técnica	-0,7%	0,7%		-1,4%
Rentabilidade bruta	15,0%	14,7%		0,3%
Fiscalidade	3,6%	3,5%		0,1%
Rentabilidade líquida	11,4%	11,2%		0,2%
Taxa efectiva de imposto	23,9%	23,8%		0,1%

(*) inclui todos os rendimentos

7. A ACTIVIDADE DA ÍMPAR EM 2020

7.1. SÍNTSE DA ATIVIDADE

No decorrer do ano 2020, a IMPAR manteve o foco em medidas delineadas para a consolidação dos níveis de desempenho com vista ao desenvolvimento sustentável. Foi estabelecido o crescimento dos prémios em segmentos de maior rendibilidade, a promoção da redução da taxa de sinistralidade e melhoria dos rendimentos financeiros.

No que tange à Produção, a Companhia registou um decréscimo de 9%, tendo atingido um volume de prémios de 1.015 milhões de Contos contra os 1.117 milhões de contos de 2019.

Dado que esta redução da carteira deve especial enfoque aos grandes negócios, onde o percentual de Resseguro é mais elevado, os prémios adquiridos líquidos de Resseguro registaram um ligeiro aumento em consequência da forte redução dos custos com Resseguro.

A rúbrica de custos com sinistros apresentou o valor de mCVE 320.537, representando um decréscimo de -11% face a 2019 (2019: mCVE 360.495). Esta redução foi mais evidente ao nível dos ramos Caução, Responsabilidade Civil e Automóvel.

Ao nível do Resseguro Cedido a IMPAR manteve a sua política de cedência, caracterizada pelo rigor na escolha dos seus Resseguradores. Assim, renovaram-se as participações com basicamente o mesmo leque do ano anterior. O resultado do resseguro cedido, situou-se nos mCVE 310.137 com uma variação positiva de 9% face a 2019.

A política de investimentos adotada pela IMPAR, permitiu um retorno dos seus ativos na ordem dos mCVE 23.316, representando um aumento dos resultados financeiros na ordem dos 13% face a 2019

O resultado líquido depois da estimativa de imposto situou-se nos mCVE 370.600, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os mCVE 116.131 contra os mCVE 125.154 gerados no exercício anterior.

De registar a consistência dos resultados ao longo do tempo, em todas as vertentes analisadas, que é fruto de uma preocupação constante da IMPAR em prestar um serviço de alta qualidade aos seus clientes. O investimento humano em formação, em informação e em tecnologia tem sido muito significativo e tem sido decisivo para a obtenção destes resultados.

7.2 PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO

Seguro Direto	Prémios Emitidos				mCVE
	2020	%	2019	%	
Ramo / Grupo Ramos					
Vida	93 274	9%	80 772	7%	15%
Total I	93 274	9%	80 772	7%	15%
Não Vida					
Acidentes e Doença	170 519	17%	210 673	19%	-19%
Incêndio e Outros Danos	156 622	15%	169 273	15%	-7%
Automóvel	375 943	37%	377 909	34%	-1%
Marítimo, Aéreo e Transportes	155 078	15%	193 024	17%	-20%
Responsabilidade Civil Geral	52 074	5%	67 128	6%	-22%
Crédito e Caução	11 789	1%	19 027	2%	-38%
Total II	922 026	91%	1 037 036	93%	-11%
Total I + II	1 015 300	100%	1 117 808	100%	-9%

A carteira apresentou uma boa performance (em termos de estabilidade da carteira), não obstante o decréscimo nos ramos Não Vida. A produção de seguro direto atingiu mCVE 1.015.300 em 2020, o que reflecte um abrandamento de - 9% em relação ao ano anterior. O mercado segurador apresentou uma variação negativa na ordem dos 6% relativamente a 2019.

Esta variação negativa é fruto dos efeitos da pandemia COVID19 na economia mundial. Este decréscimo é evidente em todas as linhas de negócio do Não Vida.

O ramo Automóvel continuou a ter grande relevância na estrutura de prémios da Companhia.

Ramo Vida

Este ramo apresenta um crescimento muito acentuado de 15,5%.

O Vida-Financeiro, 52% do ramo, teve um crescimento de 72,2% enquanto o Vida-Puro diminuiu 14,8%.

Quanto a sinistros houve uma diminuição significativa de resgates (- 8 mil contos) no Vida Financeiro e no Vida Puro um ligeiro aumento de 1,2 mil contos, estando estes últimos cobertos por resseguro.

Ramo Não Vida

Acidentes e Doença

Estes ramos apresentam uma diminuição significativa de -19% (- 40 mil contos).

Esta redução de prémios deve-se ao sub-ramo Assistência em Viagem. Apenas este sub-ramo diminuiu 64,3% (-36,7 mil contos) em consequência da impossibilidade de viajar, fruto da Pandemia COVID19.

A sinistralidade aumentou significativamente fruto da revisão em alta de alguns sinistros no sub-ramo Acidentes de trabalho.

Incêndio e Outros Danos

O cancelamento ou não inicio de várias obras devido à pandemia representa em parte a diminuição em 7,5% nos prémios.

Nos sinistros o aumento de 12 mil contos foi em grande parte consequência das fortes chuvas no mês de Setembro.

Automóvel

Apesar da pandemia o ramo automóvel diminuiu apenas 1% totalizando os 375.943 contos contra os 377.909 contos do ano passado. Em parte é justificado pelo facto de em todo o ano de 2020 os encargos serem de 15% enquanto em 2019 apenas no segundo semestre se aplicaram, face à nova lei do SORCA.

Nos sinistros a pandemia foi favorável na medida da menor circulação no que resultou uma diminuição de 16 mil contos.

Transportes

Neste ramo destaca-se a diminuição de 40 mil contos dos prémios dos TACV.

Os prémios nestes Ramos atingiram o montante de 155.078 contos contra os 193.024 contos de 2019.

Os custos com sinistros passaram de 60.996 contos em 2019 para apenas 10.071 contos em 2020, devido à não repetição de sinistros de elevado valor ocorridos em 2019.

Responsabilidade Civil

Também neste ramo o encerramento de várias empresas por motivo lockdown provocou uma diminuição de 22,4% (-15 mil contos).

Os custos com sinistros também decresceram (- 4.396 contos) passando de 8.078 contos em 2019 para 3.683 contos em 2020.

Diversos

Este ramo, essencialmente de seguros de Caução reflete igualmente o efeito da pandemia.

Este ramo apresenta uma diminuição de 38% passando de 19.207 contos em 2019 para 11.789 contos em 2020.

Este ramo não teve sinistros em 2020.

7.3 CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRETO

Os custos com sinistros de seguro direto em 2020 ascenderam a mCVE 320.537, registando-se globalmente um decréscimo face ao ano anterior (11%). Esta variação centra-se sobretudo ao nível dos ramos Automóvel, Responsabilidade Civil e Caução, fruto da redução da sinistralidade em virtude das limitações de circulação de pessoas e da suspensão de algumas atividades económicas.

Custos com Sinistros Seguro Directo	2020	2019	mCVE Var 20/19 %
Vida	28 815	35 855	-20%
Total I	28 815	35 855	-20%
Não Vida			
Acidentes e Doença	33 614	1 753	1818%
Incêndio e Outros Danos	19 943	5 949	235%
Automóvel	223 471	239 319	-7%
Marítimo, Aéreo e Transportes	10 760	63 188	-83%
Responsabilidade Civil Geral	3 935	8 175	-52%
Crédito e Caução	0	6 256	-100%
Total II	291 723	324 640	-10%
Total I + II	320 537	360 495	-11%

Em sentido inverso assistiu-se a um grande aumento no ramo Acidentes e Doença, com destaque para o ramo Acidentes de Trabalho, que após uma anormal sinistralidade de 2019 de apenas 1.753 Contos, subiram para mais de 33 mil contos, resultantes de novos sinistros e do forte impacto da implementação do novo Diploma que estabelece o Regime Jurídico do Seguro Obrigatório de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. Deve-se ainda referir que em 2019 as provisões matemáticas tinham sofrido uma significativa baixa em virtude de remições de pensão, o que não ocorreu em 2020.

A taxa de sinistralidade da IMPAR, calculada em função dos prémios adquiridos, situou-se nos 30,7%, 3,2 p.p. abaixo do ano anterior. Este decréscimo foi impulsionado pelos ramos Marítimo, Aéreo e Transporte, que apresentou uma taxa de sinistralidade de 6%, registando uma diminuição de 40 p.p. face a 2019. A modalidade Acidentes de Trabalho apresentou uma taxa de sinistralidade de 27,9%, com um incremento de 30 p.p., invertendo a tendência de decréscimo, devido aos ajustamentos das bases técnicas do provisionamento de longo prazo desta modalidade.

		%
	2020	2019
Taxa de Sinistralidade (custos com sinistros/prémios brutos adquiridos)*		
Acidentes e Doença	19,8%	0,5%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	27,9%	-2,2%
<i>Acidentes Pessoais</i>	4,2%	2,5%
<i>Doença</i>	11,3%	8,2%
Incêndio e Outros Danos	12,7%	4,0%
Automóvel	59,5%	64,2%
Marítimo, Aéreo e Transportes	6,0%	46,0%
Responsabilidade Civil Geral	7,5%	13,0%
Diversos	0,0%	40,7%
Total	30,7%	33,9%

* custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

Importa ainda realçar que as fortes chuvas resultaram em alguns sinistros de elevado valor no ramo Incêndio. Em Transportes não houve grandes sinistros tais como os ocorridos em 2019. No Automóvel nota-se o impacto da pandemia (no caso no sentido positivo).

7.4 PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto alcançaram, em 2020, um valor de mCVE 1.532 resultando numa variação de mais 6%, relativamente a 2019.

Provisões Técnicas de Seguro Direto	2020	2019	mCVE VAR 20/19 (%)
Provisão para Prémios Não Adquiridos	346 262	372 677	-7%
Provisão Matemática Vida	154 229	113 215	36%
Provisão para Sinistros	1 032 290	965 330	7%
Vida	18 526	10 162	82%
Acidentes de Trabalho	88 621	69 591	27%
Automóvel	594 440	544 504	9%
Outros Ramos	330 703	341 072	-3%
Outras Provisões Técnicas	0	0	0
Total	1 532 781	1 451 223	6%

O aumento da Provisões Técnicas é consequência natural da excelência da carteira de prémios da Companhia, para fazer face as responsabilidades assumidas com os tomadores de seguros.

7.5 RESSEGURO CEDIDO

O saldo de resseguro cedido em 2020 ascendeu a mCVE 310.137, tendo apresentado uma variação de 9%, face ao ano anterior.

As variações ocorridas nos prémios e comissões pautam-se dentro da dinâmica normal da nossa actividade. Relativo a rubrica "Sinistros e Variação das Provisões Técnicas" no Não Vida, a anulação da provisão de um grande sinistro em virtude do mesmo ter sido declinado pelos Resseguradores, implicou uma variação considerável, na ordem de -100%.

A IMPAR apresentou um rácio de cedência dos prémios de 38%, 6 p.p. abaixo do ano anterior, fruto da redução da carteira de prémios dos seguros aeronáuticos.

O Programa de Resseguro respondeu positivamente às exigências, tendo confirmado a sua importância na proteção do capital. O leque de Resseguradores da IMPAR mantém o elevado grau de performance, segurança financeira e de capacidade técnica para dar resposta às nossas demandas.

Resseguro Cedido	2020	2019	mCVE VAR 20/19 (%)
Vida	18 473	16 746	10%
Prémios	36 019	42 181	-15%
Comissões	10 867	12 932	-16%
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	6 679	12 503	-47%
Não Vida	291 664	268 063	9%
Prémios	352 301	456 266	-23%
Comissões	60 358	56 723	6%
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	279	131 480	-100%
Resultado	310 137	284 808	9%

7.6 SALDO TÉCNICO LÍQUIDO DE RESSEGURO

O saldo técnico líquido de resseguro em 2020 foi de mCVE 365.329 e apresenta um aumento de 1% em relação ao ano anterior.

Saldo Técnico Líquido de Resseguro*	2020	2019	mCVE VAR 20/19 (%)
Acidentes e Doença	119 873	144 248	-17%
Incêndio e Outros Danos	37 995	58 328	-35%
Automóvel	156 037	153 230	2%
Marítimo, Aéreo e Transportes	29 808	-6 255	-577%
Responsabilidade Civil Geral	10 000	8 706	15%
Crédito e Caução (Diversos)	11 616	3 334	248%
Total	365 329	361 591	1%

* excluído custos imputados às funções

7.7 CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos de gestão apresentam uma diminuição 3,7% face a 2019, fruto da diminuição da atividade determinado pela pandemia da COVID-19, bem como, na prossecução da estratégia de contenção e controlo dos gastos.

O aumento nos Custos com Pessoal foi essencialmente devido ao registo em 2020 de alguns custos referentes a 2019 que tinham ficado por regularizar.

Custos Operacionais	2020	2019	mCVE
			VAR 20 / 19 %
Custos com Pessoal	133 830	129 967	3,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	49 950	57 988	-13,9%
Impostos	13 141	15 980	-17,8%
Amortizações	18 609	19 959	-6,8%
Total	215 530	223 894	-3,7%

7.8. INVESTIMENTOS

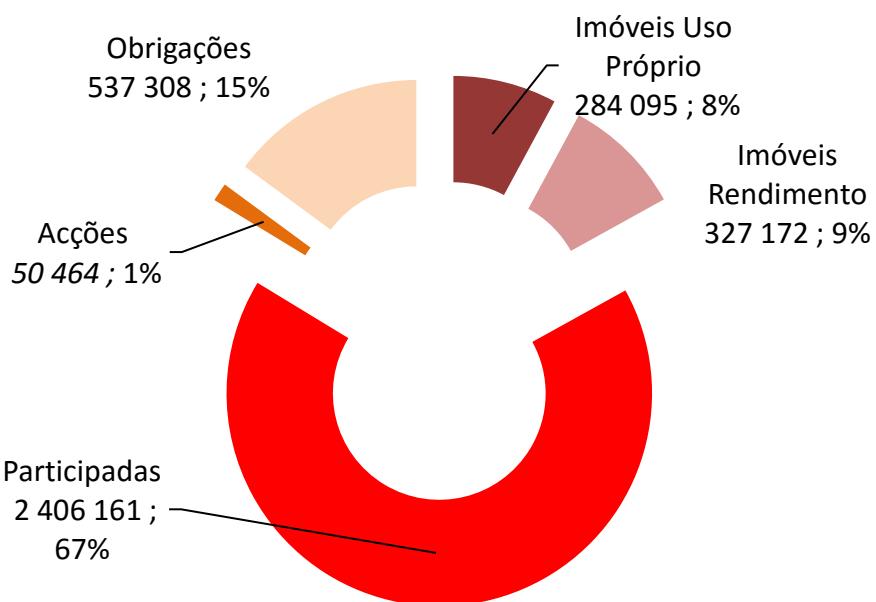
Em 2020, a carteira de investimentos da Companhia atingiu o valor mCVE 3.605.200 com uma variação positiva de 12% face ao ano anterior.

O investimento em Participadas representou a maior fatia com 67% do total da carteira, sendo de destacar a participação no BCN.

Apesar da forte aposta na Bancassurance e na formação de um forte Grupo Financeiro de matriz nacional, os restantes investimentos da Companhia são geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia

A atividade financeira da IMPAR, registou uma rentabilidade 2,5% para a qual contribuiu a manutenção da estratégia de investimento em obrigações de taxa fixa e a diversificação da carteira.

A composição da carteira de ativos no final de 2020 era a seguinte:



7.9 RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2020, o quadro de pessoal ativo da IMPAR comportava um total de 69 colaboradores.

A idade média dos colaboradores da Companhia é de 40 anos e a antiguidade média é de 10 anos, podendo ser considerado um vínculo contratual estável. A estratégia definida pelos Acionistas exige que a Companhia possua nos seus quadros excelentes colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

No que tange a distribuição por género, 51% são do género feminino e 49% masculino.

No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações académicas, apurou-se 23 colaboradores com ensino superior, 43 com enquadramento no ensino secundário e 3 com ensino básico.

No âmbito da política de benefícios sociais a Empresa, à semelhança dos anos anteriores, proporcionou aos seus colaboradores um conjunto de benefícios, nomeadamente Seguro de Vida, Seguro de Saúde que garante o reembolso parcial das despesas médicas, Seguro Facultativo Acidentes de Trabalho, desconto nos demais Seguros Facultativos, concessão de empréstimos com bonificação nos juros. Gesto simbólico de oferta de brinde personalizado em homenagem ao dia da Mulher.

O investimento no desenvolvimento dos Colaboradores materializou-se, em 2020, em cerca de 70 horas de formação, abrangendo a 8 Colaboradores, em domínios dirigidos especificamente para cada um e as linhas de negócio exploradas. Nesta matéria nota-se uma redução face ao ano anterior, fruto dos efeitos das medidas de prevenção e contenção da pandemia COVID – 19.

No âmbito da gestão de recursos humanos, os Colaboradores são submetidos a um processo anual de avaliação, tendo em consideração o grau de cumprimento dos objetivos e o alinhamento com a estratégia definida. Este processo de avaliação visa a identificação das necessidades de formação e desenvolvimento dos Colaboradores.

Código de conduta

A Companhia dispõe de um código de conduta no qual se encontram espelhados os valores os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores. O código baseia-se em valores de transparência, honestidade, respeito, responsabilidade e na procura pela excelência na relação com clientes, parceiros, fornecedores e restantes stakeholders.

Os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege, e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a atividade, encontram-se definidos no código de conduta.

Política de remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados, que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios previstos nos normativos existentes, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Transparência, simplicidade e clareza, alinhados com a cultura da Sociedade;
 - Não discriminação e igualdade de oportunidades;
 - Mitigação e prevenção de riscos laborais;
 - Políticas de responsabilidade social e ambiental;
 - Direitos laborais.
- O código de conduta da Companhia é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.
- Sustentado numa eficaz gestão de risco e controlo rigoroso para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, salvaguardando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e dos seus colaboradores com os interesses dos seus clientes e investidores;

- Equiparação e competitividade com as práticas do mercado, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Em linha com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro a nível nacional, com o objetivo de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos;
- Apuramento de prémio de produtividade baseado na avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade e da indústria seguradora nacional;

7.10 RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Resultados	2020	2019	20 / 19	2018	19 / 18
1 Seg.Direto	469 876	441 574	28 303	409 189	32 385
21 Prémios Brutos	1 015 300	1 117 808	-102 508	1 079 689	38 118
22 Prémios Diferidos	25 515	-84 473	109 988	-100 904	16 431
23 Sinistros Técnicos	-300 873	-355 968	55 094	-348 172	-7 796
24 Sinistros Outros	-19 664	-4 527	-15 137	-21 966	17 439
25 Outras Provisões	-41 013	-13 363	-27 650	-5 875	-7 488
26 Custos Exploração	-209 388	-217 903	8 515	-193 584	-24 320
2 Resseguro	-310 137	-284 808	-25 328	-165 505	-119 303
21 Prémios Brutos	-388 320	-498 447	110 127	-410 144	-88 303
22 Prémios Diferidos	-35 925	58 836	-94 762	42 168	16 669
23 Sinistros Técnicos	42 884	85 146	-42 263	126 048	-40 901
26 Custos Exploração	71 225	69 656	1 570	76 423	-6 768
3 Estrutura	210 861	238 554	-27 693	106 899	131 655
27 Rendimentos	267 054	280 116	-13 063	173 659	106 457
28 Outros Resultados	-19 810	-2 484	-17 326	-15 639	13 155
29 Imposto s/Lucros	-36 382	-39 078	2 696	-51 122	12 043
Resultado	370 600	395 319	-24 719	350 583	44 736

Os resultados incluem o valor do MEP de 254.469 contos em 2020 e de 270.165 contos em 2019. Sem estes, o resultado líquido seria de 116.131 contos em 2020 e de 125.154 contos em 2019, ou seja, uma variação negativa de 9.023 contos.

Destaca-se a variação positiva do resultado técnico (mais 2.974 contos).

O resultado técnico de Seguro Direto contribui com 28 mil contos para a variação do resultado global, sendo que todos os ramos apresentam saldo positivo.

O resultado não técnico é quase na sua totalidade fruto da constituição da provisão para prémios em cobrança (13 mil contos).

A variação da PPNA é positiva devido essencialmente aos TACV (emissão em Novembro de 2019).

O resultado técnico de Resseguro contribui com -25 mil contos para a variação do resultado global.

A variação da PPNA é negativa devido essencialmente aos TACV (emissão em Novembro de 2019), acompanhando o Seguro Direto.

O ganho em Prémios, PPNA e Sinistros e Custos é absorvido pelas Provisões Matemáticas Não Vida e Vida (mais prémios poupança, mais provisão matemática).

7.11 CAPITAL PRÓPRIO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

O resultado líquido apresenta o valor de mCVE 370.600, o que representa mCVE 24.719 abaixo dos mCVE 395.319 de 2019.

Os resultados incluem o valor do MEP de mCVE 254.469 em 2020 e de mCVE 270.165 em 2019. Sem estes, o resultado líquido seria de mCVE 116.131 em 2020 e de mCVE 125.154 em 2019, ou seja, uma variação negativa de mCVE 9.023.

Em função dos bons resultados obtidos, o Capital próprio da Companhia cresceu 13% passando a valer 2.377.834 contos.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gera os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco, podendo afirmar que os capitais próprios actuais que são mais do triplo do valor legal estão preparados para superar com distinção a possível implementação da Solvência II em cabo Verde.

O rácio de cobertura da Margem de Solvência correspondente a 632%, situando-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

7.12 SISTEMAS DE GESTÃO DE RISCO E CONTROLO INTERNO

Mantêm-se o sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz, determinante para a proteção e fortalecimento da Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros.

A gestão deste sistema acrescenta valor à Companhia e dota-a de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa que foram instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantém dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;
- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

No decurso do ano de 2020 foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II previsto ser implementado em breve em Cabo Verde irá incutir na atividade.

Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco (reservas, prevenção de branqueamento de capitais, tratamento e competência e idoneidade);
- Implementação da função de controlo Actuarial;
- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Divulgação pública do Relatório e Contas e respetivos relatórios do Fiscal Único, Auditor Externo e do Atuário Responsável no website da Companhia;

A envolvência e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

8. PERSPECTIVAS PARA 2021

Apesar da grande evolução no conhecimento da COVID-19 e das boas perspetivas que o início do processo de vacinação massiva da População de vários Países do mundo, o ano de 2021 ainda será muito afetado pelos efeitos económicos negativos provocados por essa Pandemia.

A recuperação económica será gradual, havendo algumas incógnitas sobre qual será o impacto real na economia que irá ter o fim do período de moratória dos créditos a particulares e empresas, pelo que as projeções para a próxima anuidade devem ser muito conservadoras.

Apesar disso, a IMPAR irá trabalhar em soluções adequadas às circunstâncias que o País enfrenta trazendo respostas às demandas que esta realidade impõe, sendo inovadores demonstrando a nossa grande capacidade de adaptação às transformações radicais que nos foram impostas pela nova realidade sanitária.

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado líquido da IMPAR atingiu em 2020 os mCVE 370.600, dos quais apenas 116.131 contos são distribuíveis, conforme o mencionado na Mensagem do Conselho de Administração e o detalhado e explicado no Anexo às Contas.

Assim, o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição de Resultados:

Dividendos: 100.000 contos

Reservas livres: 270.600 contos

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia.

Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao BCN - Banco Caboverdiano de Negócios, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Ao Fiscal Único e Revisor Oficial de Contas, pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Cidade do Mindelo, 01 de fevereiro de 2021

O Conselho de Administração



Luís Vasconcelos Lopes
Presidente



Paulo Jorge de Oliveira Lima

Vice-Presidente



António Raposo Correia
Administrador Delegado



Joaquim Alberto Vieira Coimbra
Administrador



Sandra Almíro Coimbra
Administradora

II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

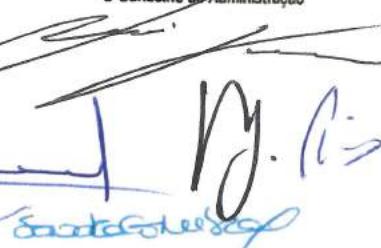
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

ACTIVO	Notas	Valor Bruto	31/12/2020		Unid: CVE 2019
			Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	16	86 257 003	-	86 257 003	62 424 741
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	17	2 406 160 971	-	2 406 160 971	2 184 280 845
Activos disponíveis para venda	18	65 463 643	-	65 463 643	64 452 643
Investimentos a deter até à maturidade	20	522 307 692	-	522 307 692	358 153 846
<i>Terrenos e edifícios</i>					
Terrenos e edifícios de serviço próprio	21	611 267 089	(82 538 776)	528 728 313	552 323 478
Terrenos e edifícios de rendimento	21	284 095 270	(82 538 776)	201 556 494	211 437 659
Outros activos tangíveis	21	327 171 819	-	327 171 819	340 885 819
Inventários	22	152 142 891	(136 078 015)	16 064 876	21 622 555
Outros activos intangíveis	22	591 354	-	591 354	1 123 354
<i>Provisões técnicas de resseguro cedido</i>					
Provisões para prémios não adquiridos	24	18 689 867	(18 689 852)	15	850 856
Provisão para sinistros	24	449 881 548	-	449 881 548	494 599 091
<i>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</i>					
Contas a receber por operações de seguro directo	25	159 177 363	-	159 177 363	195 102 816
Contas a receber por outras operações de resseguro	25	290 704 185	-	290 704 185	299 496 275
Contas a receber por outras operações	25	405 477 486	(109 731 052)	295 746 436	254 819 183
<i>Activos por impostos</i>					
Activos por impostos correntes	26	371 865 271	(109 731 052)	262 134 219	225 426 908
Activos por impostos diferidos	26	11 179 547	-	11 179 547	9 846 324
Acréscimos e diferimentos	26	22 432 670	-	22 432 670	19 545 951
Outros elementos do activo	27	19 352 037	-	19 352 037	6 567 385
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
TOTAL ACTIVO		4 757 416 659	(347 037 695)	4 410 378 964	4 016 196 791

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		Notas	2020	2019	Unid: CVE
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital		30	400 000 000	400 000 000	
<i>Reservas de reavaliação</i>		31	15 000	15 000	
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros			15 000	15 000	
Outras reservas		31	1 063 199 131	767 880 152	
Resultados transitados		31	544 019 803	538 429 233	
Resultado do exercício		32	370 600 345	395 318 979	
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO			2 377 834 278	2 101 643 364	
PASSIVO					
<i>Provisões técnicas</i>		24	1 532 781 091	1 451 222 789	
Provisão para prémios não adquiridos		24	346 262 159	372 677 460	
Provisão para seguros e operações do ramo vida		24	153 022 398	112 195 649	
Provisão para sinistros		24	1 032 290 349	965 330 194	
De vida		24	18 745 885	10 406 165	
De acidentes de trabalho		24	89 871 901	70 125 763	
De automóvel		24	575 864 063	518 202 282	
De outros ramos		24	347 808 500	366 595 984	
Provisões para participação nos resultados		24	1 206 184	1 019 485	
<i>Outros credores por operações de seguros e outras operações</i>		28	271 897 103	236 270 095	
Contas a pagar por operações de seguro directo		28	18 921 405	18 391 581	
Contas a pagar por outras operações de resseguro		28	190 061 190	166 035 406	
Contas a pagar por outras operações		28	62 914 508	51 843 108	
<i>Passivos por impostos</i>		26	37 853 856	41 633 668	
Passivos por impostos correntes			37 853 856	24 629 809	
Acréscimos e diferimentos		27	17 105 370	12 519 609	
Outras provisões		29	172 907 266	172 907 266	
TOTAL PASSIVO			2 032 544 685	1 914 553 427	
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			4 410 378 964	4 016 196 791	

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



CONTA DE GANHOS E PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	Exercício 2020			2019
		Técnica Vida	Técnica não Vida	Não Técnica	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	5	56 350 935	560 110 032	-	616 460 967
Prémios brutos emitidos	5	93 273 997	922 026 008	-	1 015 300 005
Prémios de resseguro cedido	5	(36 019 467)	(352 300 714)	-	(386 320 181)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	5	(1 602 882)	27 118 261	-	25 515 280
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	5	699 387	(36 733 524)	-	(36 034 137)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6	(22 943 827)	(254 709 774)	-	(277 653 601)
Montantes pagos	6	(14 489 466)	(167 370 522)	-	(201 869 990)
Montantes brutos	6	(20 474 992)	(233 070 764)	-	(253 545 756)
Parte dos resseguradores	6	5 975 524	45 700 242	-	51 675 766
Provisão para sinistros (variação)	6	(8 444 359)	(67 339 252)	-	(75 783 811)
Montante bruto	6	(8 339 720)	(58 651 801)	-	(66 991 521)
Parte dos resseguradores	6	(104 639)	(8 687 451)	-	(8 792 090)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	8	(40 718 065)	-	-	(40 718 065)
Montante bruto	8	(40 826 749)	-	-	(40 826 749)
Parte dos resseguradores	8	108 684	-	-	108 684
Participação nos resultados, líquida de resseguro	9	(186 699)	-	-	(186 699)
Custos e gastos de exploração líquidos	10	(13 696 128)	(195 692 293)	-	(209 388 421)
Custos de aquisição	10	(7 238 228)	(100 914 357)	-	(108 152 585)
Custos de aquisição diferidos (variação)	10	700 499	199 522	-	900 021
Gastos administrativos	10	(7 158 396)	(94 977 458)	-	(102 135 857)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	10	10 867 404	60 357 911	-	71 225 315
Rendimentos	12	7 146 537	16 169 739	-	23 316 276
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	12	7 146 537	12 200 049	-	19 346 586
Outros	12	-	3 969 690	-	3 969 690
Gastos financeiros	13	-	(10 732 006)	-	(10 732 006)
Outros	13	-	(10 732 006)	-	(10 732 006)
De outros	13	-	1 011 000	-	1 011 000
Outros rendimentos / gastos técnicos, líquidos de resseguro		9 477	-	-	9 477
Outras provisões (variação)	14	-	-	(13 160 350)	(13 160 350)
Outros rendimentos / gastos	15	-	-	(6 659 576)	(6 659 576)
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	17	-	253 458 488	-	253 458 488
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		(3 170 366)	429 973 097	(19 819 926)	406 982 805
Imposto sobre o rendimento do exercício	26				36 382 460
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(3 170 366)	429 973 097	(19 819 926)	370 600 344
					395 318 979

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DESCRÍÇÃO	Notas	Unid: CVE										
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos de Capital Próprio	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em ativos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transladados	Resultado líquido do Exercício
Balanço a 31 de Dezembro de 2019		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	680 367 152	-	-	538 429 233	395 318 979	2 101 643 364
Correções de erros (IAS8)			-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2020		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	680 367 152	-	15 000	538 429 233	395 318 979	2 101 643 362
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-	-	-	-	-	295 318 979	-	-	-	(295 318 979)	(0)
Distribuição de Lucros	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100 000 000)	(100 000 000)
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	17	-	-	-	-	-	-	-	-	5 590 570	5 590 570	
Total das variações do capital próprio		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	975 686 131	-	15 000	544 019 803	0	2 007 233 932
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2020	32	-	-	-	-	-	-	-	-	370 600 344	370 600 344	
Balanço a 31 de Dezembro de 2020		400 000 000	-	-	7 513 000	80 000 000	975 686 131	-	15 000	544 019 803	370 600 344	2 377 834 276

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DESCRÍÇÃO	Notas	Unid: CVE											
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Prestações Suplementares e outros Instrumentos de Capital Próprio	Premios de Emissão	Reservas Legais	Outras reservas	Excedentes de Revalorização	Ajustamentos em ativos Financeiros	Outras Variações no capital Próprio	Resultados Transladados	Resultado líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Balanço a 31 de Dezembro de 2018		400 000 000	-	0	7 513 000	80 000 000	444 622 444	0	15 000	0	538 429 233	350 583 028	1 821 162 705
Correções de erros (IAS8)	39												0
Balanço de abertura em 01 de Janeiro de 2019		400 000 000	-	0	7 513 000	80 000 000	444 622 444	0	15 000	0	538 429 233	350 583 028	1 821 162 703
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	31	-	-	-	-	-	250 583 028	-	-	-	(250 583 028)	(0)	
Distribuição de reservas	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100 000 000)	(100 000 000)	
Distribuição de Lucros	17	-	-	-	-	-	(14 838 320)	-	-	-	-	(14 838 320)	
Total das variações do capital próprio		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	680 367 152	0	15 000	0	538 429 233	0	1 706 324 383
Resultado líquido em 31 de Dezembro de 2019	32										395 318 979	395 318 979	
Balanço a 31 de Dezembro de 2019		400 000 000	0	0	7 513 000	80 000 000	680 367 152	0	15 000	0	538 429 233	395 318 979	2 101 643 362

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Rubricas	2020	2019	Unid: CVE
Resultado Líquido do Exercício	370 600 344	395 318 979	
Provisões Técnicas Seguro Directo	81 558 302	178 847 904	
Provisões Técnicas Resseguro Cedido	44 717 543	(101 369 224)	
Provisão para prémios em cobrança	13 160 350	(9 973 840)	
Amortizações	18 609 270	19 959 062	
Equivalência Patrimonial	(254 469 488)	(270 165 305)	
Prémios em Cobrança	(49 264 167)	(91 510 936)	
Operações Seguro Directo	(73 670)	6 357 982	
Operações Co-seguro	0	(595 431)	
Operações Resseguro	22 692 561	119 905 395	
Estado e outros entes públicos	19 658 739	(6 980 904)	
Outros	8 716 681	(601 868)	
Acréscimos e Diferimentos	1 739 499	(1 061 022)	
Fluxos das actividades operacionais (1)	277 645 964	238 130 793	
Actividades de Investimento			
Imóveis	14 659 728	0	
Titulos Rendimento Variável	0	8 724 462	
Titulos Rendimento Fixo	(166 153 846)	(133 639 007)	
Outros Investimentos	0	0	
Imobilizações corpóreas	(2 319 585)	(6 799 116)	
Imobilizações incorpóreas			
Fluxos das actividades de investimento (2)	(153 813 703)	(131 713 661)	
Actividades de Financiamento			
Realização de Capital Social			
Empréstimos obtidos			
Pagamento dividendos	(100 000 000)	(100 000 000)	
Fluxos das actividades de financiamento (3)	(100 000 000)	(100 000 000)	
Variação de caixa e seus equivalentes	23 832 261	6 417 132	
Caixa e seus equivalentes no início do período	62 424 741	56 007 609	
Caixa e seus equivalentes no final do período	86 257 003	62 424 741	
	23 832 261	6 417 132	

A Direcção Financeira



O Conselho de Administração



III – ANEXO ÀS CONTAS

Notas às Demonstrações Financeiras

1 – Informações Gerais

A IMPAR – Companhia Caboverdiana de Seguros, S.a.r.l. (“IMPAR ou Companhia”), com Sede Social na Praça Amílcar Cabral, Cidade do Mindelo e Sede Administrativa na Rua Amílcar Cabral, Cidade da Praia, foi criada em 1992, tendo os seus estatutos sido publicados através do Boletim Oficial nº 7 de 15 de Fevereiro de 1992. É uma Sociedade Anónima, nos termos do Código de Empresas Comerciais, cabendo a sua gestão ao seu Conselho de Administração, que delega a gestão corrente no seu Administrador Delegado.

O Capital da Companhia é integralmente Caboverdiano, sendo detida em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e os restantes 14,66% por diversos accionistas nacionais.

A Companhia tem por objecto social o exercício da actividade de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida, com a amplitude consentida pela lei; podendo exercer actividades conexas ou complementares de seguro ou resseguro a que se dedica. Tem desenvolvido a sua actividade de seguro exclusivamente em Cabo Verde, operando nos ramos Vida e Não Vida e utilizando canais de distribuição que garantem uma ampla cobertura do território nacional.

Considerando a sua dimensão, tem subscrito contratos de resseguro em praticamente todos os ramos, mas com um enfoque especial nos de maior concentração de risco, como por exemplo o Aéreo, a Responsabilidade Civil e o Marítimo. A estruturação desses contratos de Resseguro está suportada em Tratados de Quota Parte para a generalidade das situações, à exceção dos Ramos Automóvel e Acidentes de Trabalho onde estão estabelecidos Tratados em Excess of Loss. Para além dos Tratados, a IMPAR faz colocação em regime de Resseguro Facultativo para os casos dos negócios especiais, nomeadamente os da Aviação e sempre que as linhas e os limites dos Tratados estejam esgotadas, sendo esses negócios analisados caso a caso pelos Resseguradores.

A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 37,5% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, Francesa SCOR e a Sueca Sirius.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utiliza todas as fontes de informação disponíveis para a avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Conforme se encontra evidenciado neste relatório, no ano de 2020 o ramo Vida representou 9% dos prémios brutos emitidos. Os ramos Não Vida representaram 91% da carteira dos prémios brutos emitidos, onde destacam-se os ramos Automóvel,

representando 37% das vendas Não Vida, Incêndio e Outros Danos em Coisas 15% e Acidentes e Doença 17%.

O resultado líquido do exercício de 2020 fixou-se nos 370.600 contos, impactado pelo reconhecimento de ganhos em subsidiárias contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Expurgados os referidos efeitos, os resultados distribuíveis atingem os 116.131 contra os 125.154 contos gerados no exercício anterior.

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. As mesmas já foram aprovadas pelo CA em um de fevereiro de 2021.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras e principais políticas contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da IMPAR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, estabelecido pelo Banco de Cabo Verde - Autoridade de Supervisão de Seguros, nos termos do Aviso nº 3/2010 e Aviso nº4/2010, de 28 de Junho, que introduzem as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) nas Empresas de Seguro em Cabo Verde e definem o plano de contas para as empresas de seguros com reporte e publicação de informação contabilística e demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas internacionais de relato financeiro, (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB").

O actual Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS/IAS). Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores. Em 2011, a IMPAR adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2020, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício de 2019.

As demonstrações financeiras estão expressas em escudos de Cabo Verde, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Na preparação das demonstrações financeiras foram igualmente utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência da apresentação e da continuidade, tendo por base os registos contabilísticos.

Os valores apresentados nas presentes notas às demonstrações financeiras estão expressos em milhares de escudos de Cabo Verde, excepto quando referido.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

As divulgações apresentadas seguem a sequência das rubricas das demonstrações financeiras, tendo sido assegurados os requisitos de divulgação de informação exigidos no Aviso 1/2012 do Banco de Cabo Verde.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes, sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas. A Companhia não prepara demonstrações financeiras consolidadas por considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal.

Adicionalmente, caso fossem preparadas demonstrações financeiras consolidadas iriam determinar um resultado líquido e capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas presentes demonstrações financeiras, uma vez que a mensuração dos investimentos em entidades filiais significativas é efetuada pelo método da equivalência patrimonial, o que implica uma apropriação da respetiva quota-parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades controladas.

Principais Políticas Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Nos investimentos em subsidiárias significativas a Companhia mensura as participações detidas pelo método equivalência patrimonial (MEP) subsequentemente ao lançamento inicial, registado ao custo da participação. Os impactos da aplicação do MEP são registados na conta de ganhos e perdas, pela apropriação da percentagem detida no resultado das subsidiárias. As alterações do MEP provenientes de alterações de reservas das subsidiárias são registadas em Outras reservas da Companhia.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Nos investimentos em Associadas mensuradas pela equivalência patrimonial, o lançamento inicial é feito ao custo da participação, sendo depois considerado o MEP.

Activos financeiros

Classificação:

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção, ou seja, no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas, que inclui:
 - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
 - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação, ou seja, quando a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados. Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. Os juros e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando a melhor informação disponível, que, na ausência de informação sobre preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados, pode ser o valor contabilístico das entidades, com base nas suas demonstrações financeiras mais atualizadas.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Escudos Cabo-verdianos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao respectivo custo histórico sujeito a depreciação e testes de imparidade. Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais de amortização que reflectem, de forma razoável, a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Equipamento Administrativo	3 a 12
Equipamento Informático	3 a 5
Material de Transporte	7 a 8
Outros activos tangíveis	1 a 4

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo. Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Terrenos e edifícios de uso próprio

A Companhia classifica como imóveis de uso próprio, os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, aplicando-se os critérios de mensuração que constam da IAS 16.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente o modelo de valorização é o modelo alternativo do custo, deduzido de depreciações e sujeito a testes de imparidade, previsto nas IAS 16.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, tendo em conta o número de anos de vida útil de cada imóvel. A vida útil dos imóveis foi estimada, imóvel a imóvel. As vidas úteis destes imóveis variam até 25 anos, conforme o imóvel em causa.

Dispêndios subsequentes relacionados, são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas. Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia

venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas (software) são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais, suportadas pela Companhia, necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem os valores de caixa e depósitos bancários e que possam ser imediatamente mobilizáveis.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva. No decurso da sua actividade, a IMPAR apenas cede negócio, não aceitando qualquer negócio de resseguro.

Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a pagar a resseguradores decorrentes de prémios cedidos e valores a receber decorrentes de comissões e participação dos resseguradores nos custos com sinistros. Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

Benefícios aos empregados

Pensões - A Companhia não assumiu qualquer responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões ou complementos de reforma por velhice ou invalidez.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias - Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a um mês de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente. De acordo com a legislação laboral de Cabo Verde, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias por ano de serviço prestado, vencendo-se esse direito uma vez completado um ano de trabalho.

A política de remuneração dos Colaboradores definida pelo Conselho de Administração poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia. Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de saúde. Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros, registados em ganhos e perdas, incluem os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do período, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos. Os impostos diferidos, por sua vez, correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias, dedutíveis ou tributáveis, entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas desde a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Colectivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,5%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respectivo exercício. Entretanto, até ao exercício de 2014 continuará a vigorar o Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro, que havia aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, nos termos do qual os prejuízos fiscais são susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante um período de três anos após a sua ocorrência.

Contabilisticamente, são registados passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Porém, apenas são registados impostos diferidos ativos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros, que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de relato.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2015 a 2019 podem vir a ser corrigidos.

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são refletidos na conta de ganhos e perdas do período, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do período.

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Dividendos recebidos

Os dividendos são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos no Aviso nº 2/2005, do Banco de Cabo Verde.

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. A análise

quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 5.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data, ou seja corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes. A Companhia, de acordo com as instruções do Banco de Cabo Verde, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, a responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados ou participados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos. Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática nos ramos Automóvel e de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2020 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pela Junta Médica e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2020 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença (pensões presumíveis).

Provisão matemática

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas

utilizando pressupostos actuariais definidos pelo Banco de Cabo Verde e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2020 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões matemáticas têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Nos termos da legislação em vigor, aplica-se a tábua de mortalidade PF 60/64, com uma taxa de juro de 6% e encargos de gestão de 4%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte. O montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisão para o resseguro cedido

A provisão para o resseguro cedido é determinado aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em consideração as condições dos tratados de resseguro cedido celebrados.

3 – Principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação. Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

A Companhia determina se existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda e em investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

Provisões técnicas

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas e (iv) provisão para riscos em curso. Quando existem sinistros provocados

ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A provisão para riscos em curso, corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários.

A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço. As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Provisões para impostos

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor em Cabo Verde e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data de cálculo. Os impostos diferidos, quando aplicáveis, são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, passíveis de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período. De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos, pelo que é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da IMPAR de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4 – Informação por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A companhia considera como segmento principal o segmento operacional.

A IMPAR explora todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizada pelo Banco de Cabo Verde e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes e agrupam-se como segue:

- Vida

- Não Vida:

- Acidentes e Doença
- Incêndio e Outros Danos
- Automóvel
- Outros

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, as actividades operacionais desenvolvidas pela Companhia apresentam o seguinte detalhe nas principais rúbricas de balanço e da demonstração de resultados:

2020	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rúbricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	93 274	922 026	170 519	156 622	375 943	155 078	52 074	11 789	1 015 300
Prémios Resseguro Cedido	36 019	352 301	31 903	121 021	15 059	135 822	40 845	7 651	388 320
Prémios brutos não adquiridos (variação)	1 603	-27 118	432	-1 024	330	-24 847	-295	-1 715	-25 515
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	808	-36 734	-2 477	-11 128	0	-23 238	-4 166	4 275	-35 925
Custos com sinistros brutos	28 815	291 723	33 614	19 943	223 471	10 760	3 935	0	320 537
Custos com sinistros Resseguro Cedido	5 871	37 013	8 769	15 733	8 354	862	3 295	0	42 884
Comissões brutas	13 696	195 692	34 935	41 043	75 705	29 150	12 067	2 791	209 388
Comissões de Resseguro Cedido	10 867	60 358	9 137	26 478	0	17 601	5 122	2 020	71 225
Outras Provisões	41 013	0	0	0	0	0	0	0	41 013
Resultado Técnico	-10 326	170 066	85 063	6 722	69 731	-582	-226	9 358	159 739
Rúbricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	201 129	1 331 652	125 747	119 570	720 709	285 390	66 059	14 177	1 532 781
Provisões técnicas Resseguro Cedido	30 559	419 322	52 393	82 568	137 326	91 260	51 500	4 275	449 882
2019	Total Vida	Total Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros	Automóvel	Transportes	Resp. Civil	Diversos	Total
Rúbricas de Ganhos e Perdas									
Prémios brutos emitidos	80 772	1 037 036	210 673	169 273	377 909	193 024	67 128	19 027	1 117 808
Prémios Resseguro Cedido	42 181	456 266	69 127	129 038	15 059	172 659	63 113	7 271	498 447
Prémios brutos não adquiridos (variação)	5 552	78 921	5 301	7 919	7 085	53 834	1 902	2 880	84 473
Prémios Res.Cedido não adquiridos (var.)	4 583	54 254	2 211	7 188	0	46 714	-1 860	0	58 836
Custos com sinistros brutos	35 964	324 531	1 017	6 447	238 027	64 000	8 476	6 564	360 495
Custos com sinistros Resseguro Cedido	7 920	77 226	-1 331	6 078	29 700	35 970	6 809	0	85 146
Comissões brutas	14 656	203 247	40 106	37 360	72 463	35 502	14 425	3 391	217 903
Comissões de Resseguro Cedido	12 932	56 723	10 801	26 202	0	6 764	12 230	727	69 656
Outras Provisões	13 363	0	0	0	0	0	0	0	13 363
Resultado Técnico	-5 509	162 274	106 803	27 977	74 976	-43 523	-3 608	-352	156 765
Rúbricas de Balanço									
Provisões técnicas brutas	150 874	1 300 349	104 939	108 268	668 878	337 249	65 679	15 337	1 451 223
Provisões técnicas Resseguro Cedido	29 856	464 743	49 266	83 591	140 997	135 119	55 770	0	494 599

5 – Prémios adquiridos, líquidos de resseguro

O detalhe dos prémios adquiridos líquidos de resseguro é como segue:

SEGURO DIRECTO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos					
	Ramo / Grupo Ramos	2020	%	2019	%	2020	2019	2020	%	2019	%	
Vida	93 274	9%	80 772	7%			1 603	5 552	91 671	9%	75 220	7%
Total I	93 274	9%	80 772	7%			1 603	5 552	91 671	9%	75 220	7%
Não Vida												
Acidentes e doença	170 519	17%	210 673	19%			432	5 301	170 087	16%	205 372	20%
Incêndio e outros danos	156 622	15%	169 273	15%			-1 024	7 919	157 645	15%	161 354	16%
Automóvel	375 943	37%	377 909	34%			330	7 085	375 613	36%	370 825	36%
Marítimo, aéreo e transportes	155 078	15%	193 024	17%			-24 847	53 834	179 926	17%	139 190	13%
Responsabilidade civil geral	52 074	5%	67 128	6%			-295	1 902	52 369	5%	65 227	6%
Crédito e caução	11 789	1%	19 027	2%			-1 715	2 880	13 505	1%	16 147	2%
Total II	922 026	91%	1 037 036	93%			-27 118	78 921	949 144	91%	958 115	93%
Total I + II	1 015 300	100%	1 117 808	100%			-25 515	84 473	1 040 815	100%	1 033 335	100%

Os prémios brutos emitidos no exercício incluem o valor dos prémios ou frações de prémios respeitantes a períodos de risco com início nesse exercício.

A provisão para prémios não adquiridos é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis a partir dos prémios deduzidos dos respetivos custos de aquisição, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio ou fração.

Os prémios adquiridos são determinados como a diferença entre os prémios brutos emitidos e a variação da provisão para prémios não adquiridos, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e dos prémios adquiridos de resseguro cedido, em 2020 e 2019:

RESSEGURO CEDIDO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos				
	Ramo / Grupo Ramos	2020	%	2019	%	2020	2019	2020	%	2019	%
Vida	36 019	9%		42 181	8%	699	5 253	35 320	8%	36 928	9%
Total I	36 019	9%		42 181	8%	699	5 253	35 320	8%	36 928	9%
Acidentes e doença	31 903	8%		69 127	14%	-2 477	2 211	34 380	8%	66 916	15%
Incêndio e outros danos	121 021	31%		129 038	26%	-11 128	7 188	132 148	31%	121 850	27%
Automóvel	15 059	4%		15 059	3%	0	0	15 059	4%	15 059	3%
Marítimo, aéreo e transportes	135 822	35%		172 659	35%	-23 238	46 714	159 060	37%	125 944	28%
Responsabilidade civil geral	40 845	11%		63 113	13%	-4 166	-1 860	45 010	11%	64 972	15%
Crédito e caução	7 651	2%		7 271	1%	4 275	0	3 376	1%	7 271	2%
Total II	352 301	91%		456 266	92%	-36 734	54 254	389 034	92%	402 013	91%
Total I + II	388 320	100%		498 447	100%	-36 035	59 507	424 354	100%	438 940	100%

Os prémios de resseguro cedido são determinados com base nos tratados de resseguro assinados. A provisão para prémios não adquiridos, parte de resseguro, é calculada prémio a prémio, através da aplicação do método prorata temporis, considerando as datas de início e de fim do período de risco a que respeita o prémio cedido, líquido dos respetivos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido.

Os prémios adquiridos de resseguro cedido são determinados como a diferença entre os prémios de resseguro cedido e a variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, assegurando-se desta forma a aplicação do princípio da especialização dos exercícios.

O quadro seguinte evidencia a composição dos prémios brutos emitidos líquidos de resseguro cedido, da variação da provisão para prémios não adquiridos líquida de resseguro cedido e dos prémios adquiridos líquidos de resseguro cedido, em 2020 e 2019. A Companhia conta, a nível técnico, com o apoio de importantes entidades resseguradoras internacionais, nomeadamente as Espanholas Mapfre RE e Nacional Reasseguros, sendo a Mapfre a líder detendo 37,5% dos Tratados Proporcionais e não Proporcionais; a Alemã R+V, Francesa SCOR e a Sueca Sirius.

LIQUIDO DE RESSEGURO	Prémios emitidos				Variação PPNA		Prémios adquiridos				
	Ramo / Grupo Ramos	2020	%	2019	%	2020	2019	2020	%	2019	%
Vida	57 255	9%		38 591	6%	904	299	56 351	9%	38 292	6%
Total I	57 255	9%		38 591	6%	904	299	56 351	9%	38 292	6%
Acidentes e doença	138 616	22%		141 546	23%	2 910	3 090	135 707	22%	138 457	23%
Incêndio e outros danos	35 601	6%		40 236	6%	10 104	731	25 497	4%	39 504	7%
Automóvel	360 884	58%		362 850	59%	330	7 085	360 554	58%	355 765	60%
Marítimo, aéreo e transportes	19 256	3%		20 366	3%	-1 609	7 120	20 865	3%	13 246	2%
Responsabilidade civil geral	11 229	2%		4 016	1%	3 871	3 761	7 358	1%	255	0%
Crédito e caução	4 138	1%		11 756	2%	-5 990	2 880	10 129	2%	8 876	1%
Total II	569 725	91%		580 769	94%	9 615	24 667	560 110	91%	556 102	94%
Total I + II	626 980	100%		619 361	100%	10 519	24 966	616 461	100%	594 395	100%

6 – Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2020:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com sinistros
	Prestações	Custos de gestão imputados		
Ramo / Grupos de ramos	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	19 325	1 150	8 340	28 815
Total I	19 325	1 150	8 340	28 815
Não Vida				
Acidentes e doença	11 651	1 634	20 329	33 614
Incêndio e outros danos	9 044	970	9 929	19 943
Automóvel	159 179	10 865	53 427	223 471
Marítimo, aéreo e transportes	34 979	523	-24 742	10 760
Responsabilidade civil geral	4 036	191	-292	3 935
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	218 888	14 183	58 652	291 723
Total I + II	238 213	15 333	66 992	320 537

Custos com sinistros de Seguro Directo do exercício de 2019:

CUSTOS COM SINISTROS SEGURO DIRECTO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com sinistros
	Prestações	Custos de gestão imputados		
Ramo / Grupos de ramos	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	29 672	1 183	5 000	35 855
Total I	29 672	1 183	5 000	35 855
Não Vida				
Acidentes e doença	16 696	1 057	-16 000	1 753
Incêndio e outros danos	3 044	193	2 712	5 949
Automóvel	178 001	11 268	50 050	239 319
Marítimo, aéreo e transportes	32 110	2 033	29 046	63 188
Responsabilidade civil geral	656	42	7 478	8 175
Crédito e caução	2	0	6 254	6 256
Total II	230 508	14 592	79 540	324 640
Total I + II	260 180	15 775	84 540	360 495

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2020:

CUSTOS COM SINISTROS RESSEGURO CEDIDO	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com sinistros
	Prestações	Custos de gestão imputados		
Ramo / Grupos de ramos	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	5 976		-105	5 871
Total I	5 976	0	-105	5 871
Não Vida				
Acidentes e doença	3 165		5 604	8 769
Incêndio e outros danos	5 628		10 105	15 733
Automóvel	12 025		-3 671	8 354
Marítimo, aéreo e transportes	21 483		-20 621	862
Responsabilidade civil geral	3 399		-104	3 295
Crédito e caução	0		0	0
Total II	45 700	0	-8 687	37 013
Total I + II	51 676	0	-8 792	42 884

Custos com sinistros de Resseguro Cedido do exercício de 2019:

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com sinistros
	Prestações	Custos de gestão imputados		
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	3 420		4 500	7 920
Total I	3 420	0	4 500	7 920
Não Vida				
Acidentes e doença	5 129		-6 460	-1 331
Incêndio e outros danos	2 182		3 896	6 078
Automóvel	8 286		21 414	29 700
Marítimo, aéreo e transportes	23 082		12 888	35 970
Responsabilidade civil geral	515		6 294	6 809
Crédito e caução	0		0	0
Total II	39 194	0	38 033	77 226
Total I + II	42 614	0	42 533	85 146

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2020:

CUSTOS COM SINISTROS LIQUIDOS DE RESSEGUR	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com sinistros
	Prestações	Custos de gestão imputados		
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	13 349	1 150	8 444	22 944
Total I	13 349	1 150	8 444	22 944
Não Vida				
Acidentes e doença	8 486	1 634	14 725	24 845
Incêndio e outros danos	3 416	970	-175	4 210
Automóvel	147 154	10 865	57 098	215 117
Marítimo, aéreo e transportes	13 496	523	-4 121	9 898
Responsabilidade civil geral	637	191	-188	640
Crédito e caução	0	0	0	0
Total II	173 188	14 183	67 339	254 710
Total I + II	186 537	15 333	75 784	277 654

Custos com sinistros líquidos de resseguro cedido do exercício de 2019:

Ramo / Grupos de ramos	Montantes pagos		Variação da Provisão	Custos com sinistros
	Prestações	Custos de gestão imputados		
	1	2	3	(1) + (2) + (3)
Vida	26 252	1 183	500	27 935
Total I	26 252	1 183	500	27 935
Não Vida				
Acidentes e doença	11 567	1 057	-9 540	3 084
Incêndio e outros danos	862	193	-1 184	-130
Automóvel	169 716	11 268	28 635	209 619
Marítimo, aéreo e transportes	9 028	2 033	16 158	27 219
Responsabilidade civil geral	140	42	1 184	1 366
Crédito e caução	2	0	6 254	6 256
Total II	191 314	14 592	41 508	247 413
Total I + II	217 566	15 775	42 008	275 348

7 – Outras provisões técnicas, líquidos de resseguro

A rubrica outras provisões técnicas, líquida de resseguro, nos exercícios de 2020 e 2019 inclui apenas a variação da provisão para riscos em curso. Ver Nota 24.5 .

8 – Provisão matemática do ramo vida, líquidos de resseguro

A rubrica provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 24.2.

9 – Participação nos resultados, líquido de resseguro

A rubrica participação nos resultados, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida com participação nos resultados. Ver Nota 24.4 .

10 – Custos e gastos de exploração líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

Custos e gastos de exploração líquidos	2020	2019
Custos de aquisição	15 697	17 270
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	92 456	96 384
Custos de aquisição diferidos	-900	-2 346
Custos Administrativos	5 126	5 592
Custos Administrativos imputados (Nota 11)	97 010	101 003
Comissões e participações nos resultados de resseguro	-71 225	-69 656
Total	138 163	148 248

Ramo / Grupo Ramos	2020			2019		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Vida	13 696	10 867	2 829	14 656	12 932	1 724
Total I	13 696	10 867	2 829	14 656	12 932	1 724
Acidentes e doença	34 935	9 137	25 799	40 106	10 801	29 305
Incêndio e outros danos	41 043	26 478	14 566	37 360	26 202	11 159
Automóvel	75 705	0	75 705	72 463	0	72 463
Marítimo, aéreo e transportes	29 150	17 601	11 550	35 502	6 764	28 738
Responsabilidade civil geral	12 067	5 122	6 944	14 425	12 230	2 195
Crédito e caução	2 791	2 020	771	3 391	727	2 664
Total II	195 692	60 358	135 334	203 247	56 723	146 524
Total I + II	209 388	71 225	138 163	217 903	69 656	148 248

11 – Custos por natureza imputados

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas funções principais da Companhia, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração – Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração – Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de colaboradores afectos a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, é a seguinte:

2020	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 706	70%	56 209	61%	66 915	69%	0	0%	133 830	62%
Fornecimentos e serviços externos	3 996	26%	20 979	23%	24 975	26%	0	0%	49 950	23%
Impostos	0	0%	11 960	13%	1 181	1%	0	0%	13 141	6%
Amortizações	630	4%	3 308	4%	3 939	4%	10 732	100%	18 609	9%
Total	15 333	100%	92 456	100%	97 010	100%	10 732	100%	215 530	100%

2019	Custos com Sinistros		Custos Aquisição		Custos Administrativos		Custos Investimentos		Total	
	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%	valor	%
Custos com o pessoal	10 397	66%	54 586	57%	64 984	64%	0	0%	129 967	58%
Fornecimentos e serviços externos	4 639	29%	24 355	25%	28 994	29%	0	0%	57 988	26%
Impostos	0	0%	13 568	14%	2 412	2%	0	0%	15 980	7%
Amortizações	738	5%	3 875	4%	4 614	5%	10 732	100%	19 959	9%
Total	15 775	100%	96 384	100%	101 003	100%	10 732	100%	223 894	100%

11.1 – Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Fornecimentos e Serviços Externos	2020	2019
Forneccimento e Serviços		
Electricidade	4 446	5 118
Combustíveis	1 434	2 018
Água	463	393
Impressos	917	1 215
Material de Escritório	1 641	2 659
Livros e documentação técnica	0	1
Artigos para oferta	262	57
Rendas e Alugueres	480	740
Despesas de Representação	77	384
Comunicação	3 441	3 556
Seguros	1 774	652
Deslocações e Estadas	1 050	2 329
Honorários	1 842	1 892
Conservação e Reparação	4 900	5 498
Publicidade e Propaganda	7 317	9 949
Vigilancia e Segurança	6 026	4 927
Trabalhos Especializados	6 472	11 197
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	7 409	5 403
Total	49 950	57 988

Na rubrica “Trabalhos Especializados” o valor do ano 2019 incluiu os trabalhos Auditoria PWC ref a 2018 e 2019. Em 2019 também tivemos a reestruturação da plataforma_Visionware

Verificou-se uma redução de 14% face ao ano transato, como consequência natural da diminuição da actividade determinado pela pandemia da COVID-19, bem como, na prossecução da estratégia de contenção e controlo dos gastos.

O decréscimo nas rubricas “electricidade, combustíveis, matérias de escritório, impressos, despesas de representação, comunicação, deslocações e estadias”, tem uma relação significativa com as medidas restritivas de isolamento social que contribuíram para o abrandamento da envolvente económica.

Nota-se uma redução na rubrica “rendas e alugueres” fruto da integração do escritório sito em São Filipe-Fogo na rede dos balcões BCN.

O aumento na rubrica “seguros” deve-se a realocaçāo de conta de alguns ramos de seguros, nomeadamente o automóvel.

O montante registado em “Vigilância e segurança” refere-se a serviços de vigilância das nossas instalações, que foi reforçada face às medidas de prevenção e contenção da pandemia COVID-19.

O valor da rubrica “Outros fornecimentos e serviços” inclui entre outros, materiais de limpeza, higiene e conforto, nomeadamente máscaras, álcool gel, igualmente enquadradas nas medidas de prevenção e contenção da pandemia COVID-19.

11.2 - Gastos com Pessoal

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Custos com o Pessoal	2020	2019
Remunerações - orgāos sociais	27 385	16 662
Remunerações - pessoal	85 653	87 807
Encargos sobre remunerações - orgāos sociais	1 073	1 148
Encargos sobre remunerações - pessoal	13 554	13 536
Seguros	5 638	9 147
Custos de accāo social	252	769
Formação	231	699
Outros	45	200
Total	133 830	129 967

Nesta rubrica foi contabilizado os prémios de poupança reforma dos administradores no valor de mCVE 14 299 que não existiam em 2019.

Na rubrica de “Encargos sobre remunerações”, a Empresa regista os encargos com a Previdência Social, correspondentes a 16% dos ordenados e salários, horas extraordinárias, subsídios, e outras remunerações de carácter permanente.

A rubrica “Seguros” inclui prémios de seguros dos ramos Vida, Acidentes Trabalho, Acidentes Pessoais e Saúde.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o numero de pessoal foi de 69 colaboradores contra 73 em 2019. A redução, inclui entre outros a saída de pessoal para situação de reforma.

Alocação dos Trabalhadores	2020	2019
Direcção	6	6
Quadros técnicos	21	24
Quadros administrativos	36	36
Outros	6	7
Total	69	73

11.2.1 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

A Companhia não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego com os seus colaboradores.

12 – Rendimentos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

RENDIMENTOS	2020	2019
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo vida		
Acções	3 214	3 231
Obrigações	3 932	5 181
	7 147	8 412
De investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida		
Seguro de Acidentes de Trabalho		
Obrigações	4 341	2 865
	4 341	2 865
Seguro Automóvel		
Edifícios de Rendimento	-	1 120
Acções	1 654	631
Obrigações	1 829	1 870
	3 483	3 621
Outros Seguros		
Edifícios de Rendimento	3 970	3 866
Obrigações	4 376	1 318
	8 346	5 185
De investimentos não afectos		
Obrigações	-	600
	-	600
Total	23 316	20 683

Na rubrica “Obrigações” no decurso do ano 2020, a companhia auferiu juros no valor de mCVE 14.478 que representam 62% do total dos rendimentos obtidos nos investimentos, contra mCVE 11.235 / 56% no ano transato.

Em 2020 a IMPAR recebeu mCVE 4.868 de dividendos contra mCVE 3.862 recebidos em 2019, correspondentes as participações na SITA, ENACOL e CVTELECOM. Há que referir que a IMPAR, enquanto acionista principal do BCN, deliberou pela não distribuição de Dividendos pelo período de 5 anos "(2018 a 2022)" nesse Banco, reforçando assim os capitais próprios, os quais serão fundamentais para a materialização do plano estratégico dessa Instituição Bancária que passa pela duplicação do seu volume de negócios ao longo desse quinquénio.

Durante o exercício 2020 a Companhia registou rendimentos de Edifícios no valor global de mCVE 3.970 representativos de 17% do total dos rendimentos obtidos nos investimentos.

13 – Gastos financeiros

A rubrica Gastos financeiros, nos exercícios de 2020 e 2019 inclui apenas gastos diversos imputados à função investimentos. Ver Nota 11.

14 – Outras provisões (variação)

Nos exercícios de 2020 e 2019 os montantes registados na rubrica outras provisões (variação) são resultantes da variação do ajustamento para recibos por cobrar, conforme nota 25.

15 – Outros Rendimentos e Gastos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2020	2019
Mecenato	2 849	9 884
Gastos e perdas financeiras	2 517	1 515
Outros	809	371
Mais/menos valias alienação imobilizado	474	689
	6 650	12 458

A rubrica “Mecenato” inclui os donativos de carácter filantrópico e que contribuem para o desenvolvimento de iniciativas nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva e educacional, tendo como contrapartida incentivos de natureza fiscal, que se traduzem na redução de impostos de quem contribui. A redução nesta rubrica deve-se à não realização de diversos eventos devido à pandemia COVID-19.

O aumento na rubrica Gastos e Perdas Financeiras corresponde a diferenças cambiais desfavoráveis.

A rubrica Outros inclui, entre outros, as correcções de exercícios anteriores.

16 – Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rúbrica apresenta-se como segue:

	2020	2019
Caixa	592	3 872
Depósitos em instituições de crédito	85 665	58 553
	86 257	62 425

17 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O detalhe dos investimentos em subsidiárias em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 é apresentado como segue:

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Unid: CVE
				31-12-2020
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Custo	4 000	50,00%	20 000 000
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	2 378 660 971
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Custo	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em subsidiárias				2 406 160 971

Descrição	Valorização	Quantidade ações	Participação	Valor
				31-12-2019
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	Custo	4 000	50,00%	20 000 000
GRUPO IMPAR	Custo	5 000	100,00%	5 000 000
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	Equivalência patrimonial	780 800	86,76%	2 156 780 845
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	Custo	100 000	100,00%	2 500 000
Total - Investimentos em subsidiárias				2 184 280 845

A SEPI após a venda das acções que detinha no BCN, o seu Capital Social ficou reduzida ao montante de mCVE 2.500.

A participação directa da IMPAR no BCN ficou concluída em 2019 tendo sido actualizada a participação conforme valor dos Capitais Próprios do BCN a 31 de Dezembro de 2020.

A movimentação da valorização dos investimentos em subsidiárias nos exercícios de 2020 e 2019 é apresentada como segue:

Descrição	31/12/2019	Aquisição	Suprimentos	Alienação	Menos valias alienações	Ajustamentos	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Unid: CVE	
								31/12/2020	
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	20 000 000							20 000 000	
GRUPO IMPAR	5 000 000							5 000 000	
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	2 156 780 845						253 458 488	-31 578 362	2 378 660 971
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	2 500 000								2 500 000
Total - Investimentos e Subsidiárias	2 184 280 845	0	0	0	0	0	253 458 488	-31 578 362	2 406 160 971
Descrição	31/12/2018	Aquisição	Suprimentos	Alienação	Menos valias alienações	Goodwill negativo aquisições	Método equivalência patrimonial - impacto em resultados	Método equivalência patrimonial - impacto em outras reservas	31/12/2019
IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l.	20 000 000							20 000 000	
GRUPO IMPAR	5 000 000							5 000 000	
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	957 325 850	426 800 854		-12 894 905		521 716 933	267 891 305	-4 059 192	2 156 780 845
SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A.	957 626 472			-422 630 411		-521 716 933		-10 779 128	2 500 000
Total - Investimentos e Subsidiárias	1 939 952 322 426 800 854	0	-435 525 316	0	0	267 891 305	-14 838 320	2 184 280 845	

A rúbrica Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizado pelo método da equivalência patrimonial no exercício de 2020 pelo aumento na parte proporcional do resultado positivo do BCN e em 2019 na redução dos capitais próprios da SEPI ao valor do seu Capital Social.

A SEPI - Sociedade de Estudos e Promoção de Investimentos, S.A. após a alienação das acções do BCN não desenvolveu nenhuma actividade.

A IMOPAR - Imobiliária e Participações S.a.r.l. cujo maior acionista é a IMPAR foi constituída em 2009, tendo iniciado actividade em 2019, dedica-se ao ramo imobiliário, nomeadamente avaliação de Imóveis e Fiscalização de Obras, e participação noutras empresas.

O GRUPO IMPAR é uma empresa ainda sem actividade.

Na tabela abaixo apresentamos informação financeira do BCN, como segue:

	31-12-2020	31-12-2019	Unid: CVE
	Capital próprio	Resultado líquido	Capital próprio
			Resultado líquido
BCN - Banco Caboverdiano de Negócios	2 741 795 308	292 152 308	2 455 933 188
			278 479 773

Trata-se de dados provisórios, de acordo com a informação disponível à data.

18 – Activos Disponíveis Para Venda

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Descrição	Valorização	QTD	P.U Aquis.	Valor em	Unid: CVE
				31Dez2020	31Dez2019
ENACOL, S.a.r.l.	Justo Valor - cotação bolsista	1 500	4 500	6 750 000	5 739 000
CVTELECOM, S.a.r.l.	Custo	1 500	4 800	7 200 000	7 200 000
SITA - Sociedade -industrial de Tintas, SA	Custo	23 822	2 162	51 513 643	51 513 643
GMT - Cabo Verde, SA	Custo	7 500	2 750	-	-
Total Activos disponíveis para venda				65 463 643	64 452 643

Em 2020 apenas se registou a valorização por justo valor da nossa participação na ENACOL no montante de mCVE 1.011.

19 – Empréstimos e contas a receber

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento nesta rúbrica.

20 – Investimentos a deter até à maturidade

As Obrigações detalham-se como se segue:

Descrição	Saldo 31Dez20	Qtd	Tx Juro	Unid: CVE
				Maturidade
Obrigações TACV	42 307 692	42 307	6%	out-31
Obrigações Tesouro	120 000 000	120 000	3,00%	abr-21
Obrigações Tesouro	50 000 000	50 000	3,00%	nov-21
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,00%	jun-21
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,00%	dez-21
Obrigações Tesouro	70 000 000	100 000	3,00%	jun-21
Obrigações Tesouro	100 000 000	100 000	3,00%	nov-21
Total	522 307 692			

Descrição	Saldo 31Dez19	Qtd	Tx Juro	Maturidade
Obrigações TACV	46 153 846	46 154	6%	out-31
Obrigações Tesouro	120 000 000	120 000	4,75%	abr-20
Obrigações Tesouro	50 000 000	50 000	3,75%	nov-20
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,50%	jun-20
Obrigações Tesouro	70 000 000	70 000	3,00%	dez-20
Total	356 153 846			

Em 31 de Dezembro de 2020 as Obrigações totalizam o montante de mCVE 522.308, sendo que deste montante 480.000 contos respeitam a Obrigações do Tesouro, com vencimento no ano 2021.

Destes mCVE 480.000, mCVE 170.000 enquadram-se em novas aplicações financeiras no decurso do ano 2020 e mCVE 310.000 correspondem a renovações.

21 – Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2020 e 2019, as rúbricas Terrenos e Edifícios da Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2020					Unid: mCVE		
	Saldos em 31.12.2019		Alienações	Amortizações do exercício	Transferências	Saldos em 31.12.2020		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas				Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor Líquido
Terrenos e Edifícios:								
De Uso Próprio	284 095	72 657	-	9 881	-	284 095	82 538	201 557
De Rendimento	340 885	-	13 714	-	-	327 171	-	327 171
Total	624 980	72 657	13 714	9 881	-	611 266	82 538	528 728

Mantivemos a mesma alocação e classificação nos terrenos e edifícios de uso próprio, não tendo registado adições e nem alienações comparativamente ao exercício 2019.

Em 2020 na rubrica edifícios de rendimento regista-se uma alienação no valor de mCVE 13.714, tendo gerado uma menos valia contabilística de 2.160 mCVE (Ver nota 15)

Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os terrenos e edifícios de serviço próprio, detidos pela Companhia, apresentam o seguinte detalhe:

Localização	2020			2019			Unid: mCVE		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido			
Apartamento em Ribeira Grande - Stº Antão	9 180	1 102	8 078	9 180	734	8 446			
Escrítorio da Assomada - Stª Catarina	10 621	4 248	6 373	10 621	3 824	6 797			
Escrítorio em Stº Maria - Sal	8 421	3 368	5 053	8 421	3 032	5 389			
Apartamento na Achada Stº António - Edificio Europa	7 750	3 100	4 650	7 750	2 790	4 960			
Escrítorio na Achada Stº António - Praia	23 772	6 214	17 558	23 772	5 263	18 509			
Escrítorio do Escritório Sede Administrativa - Praia	106 175	32 122	74 053	106 175	27 874	78 301			
Escrítorio nos Espargos - Sal	24 585	10 435	14 150	24 585	9 452	15 133			
Edifício Sede Social - Mindelo	49 831	21 146	28 685	49 831	19 153	30 678			
Apartamento em Monte Sossego - Mindelo	6 693	804	5 889	6 693	535	6 158			
Terreno Sede Administrativa - Praia	9 047	-	9 047	9 047	-	9 047			
Terreno do Escritório Espargos - Sal	8 000	-	8 000	8 000	-	8 000			
Terreno Sede Social - Mindelo	18 830	-	18 830	18 830	-	18 830			
Terreno do Porto Novo - Stº Antão	1 189	-	1 189	1 189	-	1 189			
Total	284 094	82 539	201 555	284 094	72 657	211 437			

Os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao custo de aquisição, sendo amortizados ao longo da respectiva vida útil.

Terrenos e Edifícios de Rendimento

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os terrenos e edifícios de rendimento detidos pela Companhia apresentam o seguinte detalhe:

Localização	Ano da última avaliação	Custo de aquisição	Valor de Balanço		Unid: mCVE
			2020	2019	
			Valor bruto	Valor bruto	
Armazém na Achada Grande Frente (Ex-OMT) - Praia	2020	60 000	59 280	59 280	
Edifício em Alto Morabeza (Ex-Confecções Porto Grande) - Mindelo	2020	80 000	142 000	142 000	
Edifício em Chã Alecrim (Ex-Edilte) - Mindelo	2018	14 659	-	13 714	
Edifício da Farmácia Africana - Praia	2020	23 000	25 740	25 740	
Armazém na Achada Grande Frente (Ex-COMAT) - Praia	2020	16 750	31 920	31 920	
Apartamento em Terra Branca - Praia	2018	3 634	3 914	3 914	
Terreno nos Espargos - Sal		587	587	587	
Terreno na Boavista		770	770	770	
Terreno em Palha Sé - Praia	2020	58 176	62 960	62 960	
Total		257 576	327 171	340 885	

Os imóveis de rendimento encontram-se valorizados ao justo valor, determinado com recurso a avaliações, realizadas por avaliadores especializados nesta matéria.

22 – Outros Activos Tangíveis, Inventários e Outros Elementos do Activo

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica apresenta como segue:

	2020	2019
Imobilizado tangível		
Valor bruto	152 143	198 442
Depreciação acumulada	- 136 078	- 176 820
	16 065	21 622
Inventários	591	1 123

Os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, no exercício de 2020 foram os seguintes:

Unid: mCVE

Activos fixos tangíveis	2019	Adições	Alienações/	2020
			Abates/	
			Anulações	
Equipamento Administrativo	46 315	1 482	4 677	43 120
Máquinas e Ferramentas	7 251			7 251
Equipamento Informático	61 338	826	22 739	39 425
Instalações Interiores	4 018			4 018
Material de Transporte	75 218		21 202	54 016
Outro Equipamento	3 760	11		3 771
Património Artístico	541			541
Sub-total 1	198 441	2 319	48 618	152 142
Depreciações Acumuladas	2019	Depreciações/	Alienações/	2020
			Abates/	
			Anulações	
Equipamento Administrativo	43 099	1 476	4 677	39 898
Máquinas e Ferramentas	6 879	124		7 003
Equipamento Informático	58 897	1 509	22 739	37 667
Instalações Interiores	3 848	53		3 901
Material de Transporte	60 469	4 270	21 202	43 537
Património Artístico	541			541
Outro Equipamento	3 085	444		3 529
Sub-total 2	176 818	7 876	48 618	136 076
Total	21 623	(5 557)	-	16 066
Outros Elementos do activo	2019	Adições	Alienações/	2020
			Abates	
Investimentos Financeiros:				
Projecto Leasing	9 274			9 274
Projecto Emprofac	2 140			2 140
Total	11 414	-	-	11 414

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a redução ocorrida nos ativos tangíveis deve-se sobretudo (i) aos abates e anulações registados correspondente a equipamentos administrativo e informático avariados, deteriorados e fora de uso nos montantes de mCVE 4.677 e mCVE 22.739 respectivamente (ii) na rubrica material de transporte alienação de duas viaturas no decurso do ano 2020 e regularização de outras alienadas em exercícios anteriores, no valor global de mCVE 21.202.

As adições registadas na rubrica “ativos fixos tangíveis” dizem respeito essencialmente (i) nos equipamentos administrativos, aquisição de separadores de secretaria em vidro laminado, enquadrado na prevenção da pandemia da COVID-19, e aquisição de dez aparelhos de ar condicionado (ii) na rubrica equipamento informático aquisição de computadores portáteis, impressoras e monitores.

Os Inventários dizem respeito fundamentalmente aos salvados, sendo que a redução verificada em 2020 corresponde a alienação de uma viatura.

23 – Outros Activos Intangíveis

	2020	2019
Imobilizado intangível		
Valor bruto	18 690	18 690
Depreciação acumulada	-18 690	-17 839
	0	851

Encontram-se registados nesta rubrica as despesas de desenvolvimento e aquisição de aplicações informáticas relacionadas com o software utilizado na Companhia.

Em 31 dezembro de 2020 esta rubrica tem um valor bruto de 18.690 e que se encontra totalmente amortizado.

24 – Provisões Técnicas, Líquidas de Resseguro Cedido

As provisões técnicas de seguro direto, líquidas de resseguro cedido têm a seguinte composição em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Ramo / Grupo Ramos	2020			2019		
	Directo	Resseguro	Liquido	Directo	Resseguro	Liquido
Provisão prémios não adquiridos	346 262	159 177	187 085	372 677	195 103	177 575
Provisão para sinistros	1 032 290	290 704	741 586	965 330	299 496	665 834
Provisão matemática Vida	153 022	0	153 022	112 196	0	112 196
Provisão para Participação de Resultados	1 206	0	1 206	1 019	0	1 019
Provisão para Riscos em Curso	0	0	0	0	0	0
Total	1 532 781	449 882	1 082 900	1 451 223	494 599	956 624

24.1 – Provisão para Prémios não Adquiridos, Líquida de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tem a seguinte composição:

Ramos / Grupo ramos	2020						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	Liquida
Vida	32 514	4 359	28 155	25 257	3 740	21 518	6 637
Acidentes e doença	30 934	2 949	27 985	10 138	1 195	8 943	19 042
Incêndio e outros danos	92 767	8 533	84 234	66 119	11 912	54 208	30 026
Automóvel	126 141	12 098	114 044	0	0	0	114 044
Marítimo, aéreo e transportes	60 259	5 682	54 577	52 397	2 520	49 878	4 699
Responsabilidade civil geral	32 665	3 165	29 501	24 824	4 468	20 356	9 145
Crédito e caução	8 570	803	7 767	5 213	938	4 275	3 492
Total	383 851	37 589	346 262	183 949	24 772	159 177	187 085

Ramos / Grupo ramos	2019						
	Seguro Directo			Resseguro Cedido			
	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	PPNA bruta	CAD	PPNA líquida	Liquida
Vida	30 911	3 659	27 252	24 275	3 565	20 710	6 543
Acidentes e doença	30 502	2 887	27 614	12 881	1 460	11 420	16 194
Incêndio e outros danos	93 790	10 908	82 882	79 744	14 408	65 336	17 546
Automóvel	125 811	10 653	115 158	0	0	0	115 158
Marítimo, aéreo e transportes	85 106	3 218	81 888	75 296	2 181	73 116	8 773
Responsabilidade civil geral	32 960	4 030	28 930	29 904	5 383	24 522	4 408
Crédito e caução	10 286	1 334	8 952	0	0	0	8 952
Total	409 366	36 689	372 677	222 100	26 997	195 103	177 575

CAD = custos de aquisição diferidos

24.2 – Provisão para Seguros e Operações do Ramo Vida

A composição desta rubrica é a seguinte:

Provisões ramo Vida	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2020	2019	2020	2019
Provisão matemática	153 022	112 196	40 827	13 119

24.3 – Provisão para Sinistros, Líquida de Resseguro

A rubrica apresenta a seguinte desagregação no que respeita ao seguro directo:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2020	2019	2020	2019
Vida	18 746	10 406	8 340	5 109
Total I	18 746	10 406	8 340	5 109
Acidentes e Doença	97 763	77 324	20 329	-15 725
Incêndio e outros danos	35 336	25 386	9 929	3 114
Automóvel	606 666	553 720	53 427	49 323
Marítimo, aéreo e transportes	230 813	255 360	-24 742	29 013
Responsabilidade civil geral	36 558	36 749	-292	7 439
Crédito e caução	6 409	6 385	0	6 267
Total II	1 013 544	954 924	58 652	79 432
Total I + II	1 032 290	965 330	66 992	84 540

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de mCVE 15.562 (2019: mCVE 13.051) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR).

Desagregação da provisão para sinistros de resseguro cedido:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e perdas	
	2020	2019	2020	2019
Vida	9 041	9 146	-105	4 500
Total I	9 041	9 146	-105	4 500
Acidentes e Doença	43 450	37 846	5 604	-6 460
Incêndio e outros danos	28 360	18 256	10 105	3 896
Automóvel	137 326	140 997	-3 671	21 414
Marítimo, aéreo e transportes	41 382	62 003	-20 621	12 888
Responsabilidade civil geral	31 144	31 248	-104	6 294
Crédito e caução				
Total II	281 663	290 350	-8 687	38 033
Total I + II	290 704	299 496	-8 792	42 533

Desagregação da provisão para sinistros líquidos de resseguro:

Ramo / Grupo Ramos	Saldo Balanço		Variação ganhos e	
	2020	2019	2020	2019
Vida	9 704	1 260	8 444	609
Total I	9 704	1 260	8 444	609
Acidentes e Doença	54 313	39 479	14 725	-9 265
Incêndio e outros danos	6 975	7 131	-175	-783
Automóvel	469 339	412 722	57 098	27 909
Marítimo, aéreo e transportes	189 431	193 357	-4 121	16 125
Responsabilidade civil geral	5 414	5 500	-188	1 145
Crédito e caução	6 409	6 385	0	6 267
Total II	731 882	664 574	67 339	41 399
Total I + II	741 586	665 834	75 784	42 008

24.4 – Provisão para Participação nos Resultados

A composição desta rubrica é a seguinte:

Provisões ramo Vida	Saldo Balanço		Variação Ganhos e Perdas	
	2020	2019	2020	2019
Participação nos resultados	1 206	1 019	187	244

24.5 – Provisão para Riscos em Curso

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 o apuramento desta provisão foi nulo.

25 – Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Activo Bruto		
Recibos por cobrar	365 065	315 801
Operações Pendentes de liquidação	-	-
Resseguro	11 180	9 846
Tomadores de seguros	6 367	5 732
Reembolsos de sínslitos	433	465
Outros	22 433	19 546
	405 477	351 390
Ajustamentos		
Recibos por cobrar	(104 389)	(91 229)
Créditos de cobrança duvidosa	(5 342)	(5 342)
	(109 731)	(96 571)
Activo Líquido	295 746	254 819

A rubrica "Outros" no montante de mCVE 22.433, inclui saldos de diversos devedores, com maior relevo o respeitante a venda de um imóvel.

Verificou-se um aumento no valor de mCVE 13.160 na Provisão para Recibos por cobrar, dado o aumento dos recibos de prémios de seguros à cobrança a 31 de dezembro de 2020 fruto em parte dos efeitos da pandemia COVID-19 na actividade económica do País e a nível Global. De acordo com as políticas definidas pela IMPAR, a imparidade constituída deve ser suficiente para cobrir integralmente todos os recibos à cobrança no final de cada exercício, deduzidos dos recibos entretanto cobrados e de valores a receber de entidades institucionais, essencialmente Estado.

26 – Activos e Passivos por Impostos

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica, apresenta o seguinte composição:

	2020	2019
Retenção de imposto na fonte	1 621	1 841
Imposto Sobre Rendimento	6 662	(5 825)
Débito	(5 825)	
Crédito	6 662	-
Imposto de selo	14 511	13 098
Taxas para a Autoridade de Controlo	2 559	2 784
SORC	9 232	2 857
Contribuições para a segurança social	3 076	3 053
Outros	62	254
Impostos Correntes	37 721	18 062
Impostos Diferidos	(19 219)	17 004

As rubricas "Crédito/(Débito)" correspondem a valores a pagar em 2020 e a receber em 2019.

O montante de mCVE 1.621 na rubrica Retenção de Impostos na Fonte inclui essencialmente as retenções do IRPS relativo as remunerações do mês de dezembro do pessoal e dos prestadores de serviço.

O valor de mECV 3.076 em dívida à Previdência Social corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.

A rubrica Imposto de Selo inclui o montante de mCVE 14.504 referente ao selo de apólice que incide sobre os prémios de seguro emitidos por cobrar ou já cobrados cujo imposto é pago no mês seguinte.

As Taxas para Autoridade de Controlo e Seguro Obrigatório Responsabilidade Civil Automóvel nos montantes de mCVE 2.559 e 9.232 dizem respeito respectivamente (i) a taxa 0.75% aplicada sobre os prémios dos ramos vida e não vida, líquidos de estornos e

anulações, durante o ultimo trimestre de 2020 (ii) receita para o FGA – Fundo de Garantia Automóvel e para SNPC – Sistema Nacional Proteção Civil, o montante entregue por cada segurado, resultante da aplicação da taxa de 2% e 1% ,respectivamente, sobre os prémios simples do SORCA processados. Este montante é entregue ao FGA no ano seguinte.

Na rubrica Outros está incluído essencialmente o valor correspondente à autoliquidação do IVA sobre os bens e serviços adquiridos no estrangeiro.

Em 31 de Dezembro de 2020 a estimativa de impostos sobre os rendimentos é de mCVE 36.382, sendo que as entregas por conta no total de mCVE 29.587, calculadas com base nas coletas de 2018 e 2019 e das retenções efetuadas por terceiros no total de mCVE 132, foi inferior a esta estimativa. Assim, a Companhia tem por pagar ao Tesouro Nacional o montante de mCVE 6.662.

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRPC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa de 22% e a uma taxa de incêndio de 2% que recai sobre o IRPC apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Em 2020 e 2019 os montantes registados de impostos diferidos respeitam apenas a valores relativos a imóveis de rendimento, tendo a variação registado no ano de 2020 sido justificada pela aplicação dos coeficientes de desvalorização monetária na determinação do valor fiscal dos mesmos

O Imposto sobre o rendimento de Pessoas Colectivas pode ser analisada como segue:

	2020	2019
Resultado antes de imposto custo/ (proveito)	406 983	434 397
Encargo de imposto nominal		
- a 22%	89 536	95 567
- Derrama (0,2% s/colecta)	696	743
	<hr/> 90 232	<hr/> 96 310
Encargo de imposto efectivo - Impar Seguros		
Custo/(proveito) por Imposto Corrente	36 382	39 078
Custo/(proveito) por Imposto Diferido	<hr/> 36 382	<hr/> 39 078
Taxa efectiva	<hr/> 8,94%	<hr/> 9,00%
Diferença por reconciliar	<hr/> (53 850)	<hr/> (57 232)
Reconciliação da diferença:		
Gastos não aceites (multas, depreciações)	149	149
Dividendos	(1 071)	(850)
Benefícios fiscais	(213)	(729)
Equivalência Patrimonial	(55 983)	(59 436)
Menos Valias Fiscais	(2 493)	
Outros	4 887	2 438
Tributação autónoma	874	1 196
	<hr/> (53 850)	<hr/> (57 232)

Determinação do excesso/insuficiência de imposto:

	2020
Estimativa de imposto 2019	<u>39 078</u>
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	331
Total de pagamentos por conta efectuados em 2019	<u>44 572</u>
Valor a recuperar / (pagar)	5 825
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	<u>(5 825)</u>
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	<u>(5 825)</u>
	2019
Estimativa de imposto 2018	<u>51 122</u>
Deduções (retenções efectuadas por terceiros)	1 153
Total de pagamentos por conta efectuados em 2018	<u>44 068</u>
Valor a recuperar / (pagar)	(5 901)
Valor a recuperar (efectivo) / (pagar)	<u>(5 901)</u>
Excesso/ (Insuficiência) de Imposto	<u>-</u>

Nos termos da legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, podendo originar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Não é previsível que qualquer correção tenha efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

27 – Acréscimos e diferimentos

O saldo desta rubrica no Activo inclui, essencialmente a especialização dos rendimentos (juros) relativos as obrigações.

O valor registado no Passivo corresponde essencialmente a estimativa do subsídio de férias e prémio produtividade a liquidar em 2021.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	8 411	5 565
	<u>8 411</u>	<u>5 565</u>
Acréscimos de custos		
Remunerações a liquidar	17 105	12 520
	<u>17 105</u>	<u>12 520</u>

28 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é analisado como se segue:

	2020	2019
Contas a pagar por operações de seguro directo	18 921	18 392
Resseguradores	190 061	166 035
Contas a pagar por outras operações	62 915	51 843
	271 897	236 270

O aumento na rubrica Contas a pagar por operações de Resseguro deve-se essencialmente a contabilização do prémio anual de resseguro cedido para a apólice da TACV que é liquidado em prestações no exercício seguinte.

29 – Outras provisões

	2020	2019
Outras Provisões	172 907	172 907

Do montante de outras provisões reconhecido em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, 16.700 contos são decorrentes de um litígio com a Administração Fiscal, correspondendo o valor provisionado à totalidade do valor reclamado.

Adicionalmente, nesta rubrica de outras provisões encontra-se reconhecida, para ambos os períodos em análise, uma provisão para contingências em investimentos (riscos de atividade) no valor de 156.207 contos, na sequência da aquisição de uma participação direta de 87% no BCN.

30 – Capital

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é detido em 20% pela Sociedade Comercial Vasconcelos Lopes, Lda, 20% pela ING – Investimentos e Gestão, Lda, 20% pela Labesfal Farma Cabo Verde, Lda, 10,622% pela OLIGEST – Investimentos, SA, 7,716% por Luís Vasconcelos Lopes, 7% pela ALIANÇA - Negócios e Gestão, Lda e os restantes 14,66% por diversos accionistas nacionais, estando representado por 400.000.000 acções com o valor nominal de 1.000 cada, integralmente subscritas e realizadas.

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos a quinta parte do seu capital social, reserva que não é distribuível, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital. As Reservas Legais da IMPAR atingiram o seu limite máximo, pelo que não há a necessidade de as constituir.

“É proibida a distribuição de lucros enquanto o valor mínimo da reserva legal referido acima não estiver preenchido ou reintegrado”.

Quanto as restantes reservas não há condicionamentos, nem restrições à sua utilização e/ou distribuição.

Na Assembleia Geral da Companhia, realizada em 26 de Março de 2020, foi deliberado que do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, de mCVE 395.319, o montante de 295.319 fosse alocado, em 2020, às reservas livres da Companhia e mECV 100.000 fossem distribuídos a título de dividendos.

31 – Reservas de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

	2020	2019
Reservas		
. Reserva Legal	80 000	80 000
. Prémios de Emissão	7 513	7 513
. Reservas Livres	931 642	636 323
. Outras Reservas	44 044	44 044
	<u>1 063 199</u>	<u>767 880</u>
Reservas de Reavaliação		
Por Ajustamentos no Justo Valor:		
. De Activos Financeiros Disponíveis para Venda	15	15
. De Investimentos em Subsidiárias	0	0
	<u>15</u>	<u>15</u>
Resultados Transitados		
. Investimentos Financeiros	425 092	456 670
. Outros Investimentos	91 630	54 462
. De Revalorização de Terrenos e Edifícios Uso Próprio	27 297	27 297
	<u>544 019</u>	<u>538 429</u>

32 – Resultado por acção

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, o apuramento do resultado por acção foi determinado como segue:

	2020	2019
Resultado Líquido do Exercício	370 600	395 319
Nº Acções	400 000	400 000
Resultado por Acção	0,927	0,988

33 – Dividendo por acção

Os dividendos distribuídos nos exercícios 2020 e 2019, relativos ao resultado líquido obtido em 2019 e 2018, respectivamente, tiveram o seguinte apuramento:

	2020	2019
Resultado Líquido atribuído	100 000	100 000
Nº Acções	400 000	400 000
Dividendos por Acção	0,25	0,25

34 – Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas as empresas subsidiárias e associadas da Companhia, os Accionistas relevantes, bem como os membros dos Órgãos Sociais.

Relativamente aos Órgãos Sociais para além das remunerações reguladas pela Comissão de Remunerações, apenas se registam operações de seguro decorrentes da actividade seguradora normal e para os elementos que são em simultâneo accionistas o pagamento de dividendos.

No respeitante à subsidiária BCN a IMPAR desenvolve relações comerciais, nomeadamente o recebimento de prémios e pagamento de sinistros de operações de seguro directo, assim como pagamento de comissões em resultado dos negócios angariados pela subsidiária (bancassurance).

Designação Contas	2020						
	SCVL	OLIGEST	LVL	JVC	ING	Aliança	Labesfal Farma
Contas Ativo							
Contas a receber por operações de seguro directo	43						
Contas a receber por outras operações	<u>43</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Contas Passivo							
Contas a pagar por operações de seguro directo							
Contas a pagar por outras operações	1 093		7 191	-	20 000	7 000	20 000
Dividendos	20 000	10 623					
	<u>21 093</u>	<u>10 623</u>	<u>7 191</u>	<u>-</u>	<u>20 000</u>	<u>7 000</u>	<u>20 000</u>
2019							
Designação Contas	SCVL	OLIGEST	LVL	JVC	ING	Aliança	Labesfal Farma
Contas Ativo							
Contas a receber por operações de seguro directo	1 404						2 520
Contas a receber por outras operações	<u>1 404</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2 520</u>
Contas Passivo							
Contas a pagar por operações de seguro directo							
Contas a pagar por outras operações	4 426		7 191	-	20 000	7 000	20 000
Dividendos	20 000	10 623					
	<u>24 426</u>	<u>10 623</u>	<u>7 191</u>	<u>-</u>	<u>20 000</u>	<u>7 000</u>	<u>20 000</u>

35 – Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites legalmente estabelecidos pelo BCV.

Os activos afectos e não afectos às carteiras que a Companhia explora são como se segue:

INVESTIMENTOS	2020	%	2019	%
Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Vida				
Obrigações	120 000	48%	120 000	48%
Terrenos	62 960	25%	62 960	25%
Edifícios	9 180	4%	9 180	4%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	58 714	23%	58 714	23%
	250 854	7%	250 854	8%
Investimentos Afectos às Provisões Técnicas do Ramo Não Vida				
Obrigações	402 308	13%	236 154	9%
Terrenos	18 236	1%	18 236	1%
Edifícios	302 179	10%	315 893	11%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	2 412 911	77%	2 190 020	79%
	3 135 634	87%	2 760 303	85%
Investimentos não afectos				
Terrenos	20 188	9%	20 188	9%
Edifícios	198 524	91%	198 524	91%
Obrigações	15 000	7%	15 000	7%
Instrumentos de capital e unidades de participação - Ações	22 047	10%	22 047	10%
Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda_Obrigações e Acções (-)	(37 047)	-17%	(37 047)	-17%
	218 712	6%	218 712	7%
Total Investimentos	3 605 200	100%	3 229 869	100%

36 – Natureza e extensão das Rúbricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de spread e o risco de concentração. A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente. As políticas de investimento adoptadas pela IMPAR, devidamente formalizadas, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Em 2020 a política de investimento, foi da responsabilidade directa do Conselho de Administração, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio, essencialmente face ao dólar dos Estados Unidos da América (USD), relativa aos contratos com os resseguradores. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade, por força do supra mencionado, resulta numa perda imaterial para a Companhia.

A Impar, nos poucos negócios celebrados em USD, mitigou o risco cambial nos seus negócios mediante a cobrança ao cliente do câmbio efectivo na data da transferência, ou seja, o risco cambial é totalmente transferido para o Cliente.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do exercício.

Risco de acções

O risco de acções incide sobre toda a carteira de investimentos financeiros em acções.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia e as participações da Companhia em outras empresas.

O custo da acção da ENACOL, cotada na bolsa, variou comparativamente ao exercício precedente de 3.826 para 4.500, tendo sido o impacto da valorização ao justo valor no montante de mCVE 1.011.

Os Investimentos da Companhia no BCN geraram valorização com impacto positivo nos resultados no montante de mCVE 253.459.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis de rendimento que são propriedade da Companhia representam 52% dos activos expostos a este risco. A análise de sensibilidade é descrita como segue:

Imóveis - Descida de 10% no valor dos imóveis: teria o impacto de mECV 26.285

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões.

O cenário de descida de taxas é o único que poderá implicar perda de valor para a Companhia.

Risco de spread

O risco de spread reflecte a volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações corporate, existindo também em crédito estruturado. Não existe na IMPAR qualquer exposição a derivados de crédito.

Natureza e extensão dos riscos específicos de seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais atividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários, que emitem pareceres técnicos e que procedem à emissão das apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respetivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de exceção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efetuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são refletidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efetivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A Companhia pratica uma política de resseguro cedido com o objetivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração.

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes

Área de análise	Cenários	Impacto resultados antes impostos	
		2020	2019
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	13 883	13 767
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração líquidos de resseguro	13 816	14 825
Rendimentos	Redução de 1% nas taxas de remuneração dos depósitos e obrigações	145	112

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

Construção 18% - Imóveis e IMOPAR
 Transportes 1% - Obrigações TACV
 Energia 0,19% - Acções Enacol
 Financeiro 66% - Acções BCN, SEPI e SGPS
 Industrial 1% - Acções Sita
 Tecnologia 0,20% - Acções na CV Telecom
 Obrigações – 13%

Os valores englobam as rubricas de Investimentos em Subsidiárias, Activos Financeiros disponíveis para venda, Obrigações e Imóveis (Terrenos e Edifícios).

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam. No âmbito da gestão de risco, são definidos procedimentos para mitigação deste risco, elaborando para tal a Companhia um

plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread. Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da sua evolução.

Risco operacional e risco reputacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na IMPAR face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Segurança no acesso às instalações;
- Segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Política de gestão de recursos humanos;
- Programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;

- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;
- Plano de continuidade de negócio, que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações. Como principais medidas implementadas para mitigação do risco legal, destacamos as seguintes:

- Políticas de prevenção da fraude, recursos humanos, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Procedimentos formais para monitorização do cumprimento dos diversos prazos legais a que a IMPAR se encontra sujeita.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas no processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes.

Neste sentido, das principais medidas que a Companhia implementou para fazer face ao risco reputacional, destacam-se:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos no âmbito da gestão de reclamações;

Sistema de Controlo Interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e compliance.

A estrutura organizativa que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direções Operacionais, as quais assumem a função de áreas responsáveis;
- Um segundo nível representado pelo Gabinete de Controle Interno e a Auditoria Externa, ao qual cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão

de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos;

- Um terceiro nível representado pelo Conselho de Administração.

O Sistema de Controlo Interno na IMPAR encontra-se devidamente formalizado, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos e seus responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição;
- Controlos e sua avaliação;
- Recomendações.

Adequação dos prémios e das provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Ráios de actividade

Os principais ráios de actividade, brutos de resseguro, são como segue:

	2020	2019
Ráio de Sinistralidade	31,6%	32,3%
Ráio de Despesa	20,6%	19,5%
Ráio Combinado	52,2%	51,7%
Ráio Financeiro	1,2%	0,9%
Ráio Operacional	51,0%	50,8%

Resseguradores

A Companhia dilui o risco contratado através de negócios de Resseguro Cedido com a seguinte composição:

Ramo / Grupo Ramos	Tip de Resseguro
Vida	Quota parte
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Acidentes pessoais e doença	SURPLUS
Incêndio e outros danos	SURPLUS
Riscos catastróficos	Excesso de perdas (XL)
Marítimo Casco	Quota parte / SURPLUS
Mercadorias transportadas	Quota parte / SURPLUS
Automóvel	Excesso de perdas (XL)
Aviação	Facultativo
Responsabilidade civil geral	Quota parte
Crédito e caução	Quota parte

37 – Solvência

A IMPAR monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes em mCVE:

	2020	2019
Elementos constitutivos do fundo de garantia	2 233 790	1 956 748
Margem de solvência a constituir	353 352	342 041
Resultado na óptica dos prémios	323 873	315 966
Resultado na óptica dos sinistros	120 668	115 263
Fundo de garantia mínimo legal (Vida e Não Vida)	37 500	37 500
Excesso/insuficiência da margem de solvência	1 880 437	1 614 706
Taxa de cobertura da margem de solvência	632%	572%

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, os ráios de cobertura da Margem de Solvência correspondentes a 632% e 572%, situam-se acima dos requisitos exigidos pela lei, reflectindo uma situação financeira estável.

38 – Compromissos

À data deste relatório não existem compromissos significativos com impacto nas demonstrações financeiras anexas.

39 - Eventos subsequentes

Até à data de autorização para emissão das presentes demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos, tendo em consideração as disposições da IAS 10.

40 – Outras informações

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2020:

1. Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas que se tornaram efetivas para os períodos anuais que se iniciaram em 1 de janeiro de 2020:

- a) IFRS 3** (alteração), 'Definição de negócio'. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um input e um processo substancial que conjuntamente gerem outputs. Os outputs passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio.
- b) IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7** (alteração), 'Reforma das taxas de juro de referência – fase 1'. Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do benchmark para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospectiva; iv) teste de eficácia retrospetivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.
- c) IAS 1 e IAS 8** (alteração), 'Definição de material'. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de "material" e clarifica que a menção a informações pouco claras refere-se a situações cujo efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, devendo a entidade avaliar a materialidade considerando as demonstrações financeiras como um todo. São ainda efetuadas clarificações quanto ao significado de "principais utilizadores das demonstrações financeiras", sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam.
- d) Estrutura conceitual**, 'Alterações na referência a outras IFRS'. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceptual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospetiva, exceto se impraticáveis.

As alterações acima referidas não tiverem impactos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, já endossadas pela União Europeia:

- a) IFRS 16** (alteração), "Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19" (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2020). Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como "modificações" quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que aciona a redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou noutra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez. A Companhia estima que a adoção futura desta alteração não terá impactos materiais nas demonstrações financeiras.

- b) IFRS 4** (alteração), 'Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17. A Companhia estima que a adoção futura desta alteração não terá impactos materiais nas demonstrações financeiras.

3. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, mas que a União Europeia ainda não endossou:

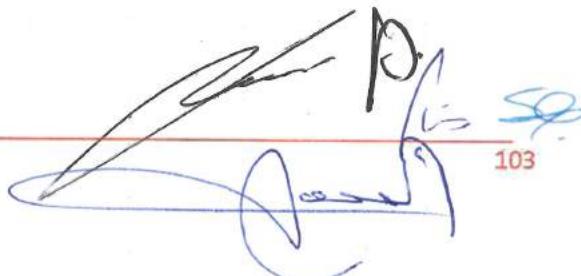
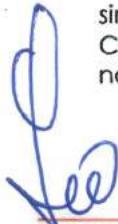
- c) IAS 1** (alteração), 'Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como

saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afetada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um "covenant". Esta alteração inclui ainda uma nova definição de "liquidação" de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva. A Companhia estima que a adoção futura desta alteração não terá impactos materiais nas demonstrações financeiras.

- d) **IAS 16** (alteração) 'Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos. A Companhia estima que a adoção futura desta alteração não terá impactos materiais nas demonstrações financeiras.
- e) **IAS 37** (alteração) 'Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativo tangíveis utilizados para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluem obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. A Companhia estima que a adoção futura desta alteração não terá impactos materiais nas demonstrações financeiras.
- f) **Melhorias às normas 2018 – 2020** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41. A Companhia estima que a adoção futura destas alterações não terá impactos materiais nas demonstrações financeiras.
- g) **IFRS 3** (alteração) 'Referências à Estrutura conceptual' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospectiva. A Companhia

estima que a adoção futura desta alteração não terá impactos materiais nas demonstrações financeiras.

- h) **f) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) 'Reforma das taxas de juro de referência - fase 2'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR. A Companhia estima que a adoção futura destas alterações não terá impactos materiais nas demonstrações financeiras.
- i) **IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição. A Companhia estima que a adoção futura desta norma irá ter impacto material nas demonstrações financeiras.
- j) **IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro'** (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração comprehende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e despreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação. A Companhia estima que a adoção futura desta alteração irá ter impacto material nas demonstrações financeiras.



103

IV – PARECER DO ATUÁRIO

PARECER ATUARIAL

Para se emitir o parecer atuarial sobre a constituição das provisões técnicas da Seguradora IMPAR no período vigente de 01/01/2020 à 31/12/2020, tivemos de analisar se todas as constituições encontram-se em conformidade com o previsto e aprovado pelo Banco de Cabo Verde, nomeadamente o Parecer nº 110/78 de 31 de Dezembro, o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, assim foram avaliadas as provisões para os ramos "VIDA" e "NÃO VIDA":

PROVISÕES PARA O RAMO VIDA

As provisões matemáticas, que foram constituídas para o ramo vida estão de acordo com o disposto no Aviso nº 05/2010 e no Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

Essas provisões foram constituídas em conformidade com as bases de cálculo estabelecidas no referido Aviso e Decreto-Legislativo e são de uma forma geral suficiente para cobrir as provisões de sinistro.

PROVISÕES PARA O RAMO NÃO-VIDA

As provisões técnicas constituídas para este ramo, foram calculadas respeitando as bases técnicas previstas na lei e ainda em vigor a saber: o Aviso nº 05/2010 e o Decreto Legislativo nº 03/2010 de 17 de Maio, estabelecidos, supervisionados e regulados pelo Banco de Cabo Verde e o Governo.

De um modo geral as provisões técnicas e matemáticas constituídas são suficientes para cobrir os sinistros, o que se confirma comparativamente quando se observa os cálculos e comportamento nos anos anteriores.

Praia, 12 de Março de 2021

José Carlos Rocha Dias
- / José Carlos Rocha Dias / -
- Atuário -

V – PARECER DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

1 – Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

2 – No decurso do exercício acompanhamos, com periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a actividade da Empresa. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação e procedemos às inspeções que consideramos actos do Conselho de Administração, o qual, no melhor espírito de colaboração, nos apresentou sempre as provas e os esclarecimentos solicitados.

3 – No âmbito das nossas funções verificamos que:

- i) as Demonstrações Financeiras e os correspondentes Anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

4 – Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas e com base no relatório de auditoria elaborado pelo Auditor Independente, a PricewaterhouseCoopers Cabo Verde – Sociedade de Auditores Certificados, Lda, que não inclui reservas e inclui uma ênfase, relativo a “não preparação de demonstrações financeiras consolidadas” somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;

S. Vicente, 15 de Março de 2021

O Fiscal Único

António Pedro Gomes Silva



VI – RELATÓRIO DE AUDITORIA

Relatório do Auditor Independente

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020, a conta de ganhos e perdas, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da IMPAR - Companhia Caboverdiana de Seguros, SARL em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("ISAs"). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants* ("IESBA") e com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nestes requisitos e no Código de Ética do IESBA.

Ênfase

Conforme descrito na nota 2 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade não prepara demonstrações financeiras consolidadas, em virtude de considerar não existir legislação específica em Cabo Verde, que obrigue a tal. Também como divulgado na referida nota, a preparação de demonstrações financeiras consolidadas conduziria a um resultado líquido e a capitais próprios semelhantes àqueles já relevados nas demonstrações financeiras anexas da Entidade, uma vez que a mesma mensura os investimentos detidos em entidades filiais relevantes pelo método da equivalência patrimonial, apropriando-se da respetiva quota parte detida no resultado líquido e capitais próprios das entidades relevantes controladas.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Outra informação – relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se de qualquer outra forma aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do órgão de gestão e dos encarregados da governação pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor segurador, e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Entidade para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que

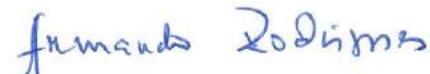
respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada por nós durante a auditoria.

8 de abril de 2021

PricewaterhouseCoopers Cabo Verde
- Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
representada por:



Armando José Carvalho Ferreira Rodrigues, Auditor Certificado